

ATA DEGRAVADA DA 204ª PLENÁRIA ORDINÁRIA – 1ª PARTE

1 Ao dia trinta e um do mês de agosto de dois mil e quinze, às quinze horas, no
2 plenário da Casa de Direitos Humanos – sede do CEAS/MG, realizou-se a
3 ducentésima quarta Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela presidente
4 Maria Alves de Souza, onde estavam presentes os seguintes conselheiros
5 titulares: Rodrigo dos Santos – ASSPROM, Silvana Célia – SEE, Ronaldo
6 Gonçalves – CMAS JF, Gesiane Lima - Cáritas, Shirley Silva – CMAS Sarzedo,
7 Lúcia Elena – COGEMAS, Júlio César – IMSNS, Volney Lopes – PSIND,
8 Wilson Sales – SEF. Conselheiros suplentes: Marta Silva: SEDESE, Odette
9 Pereira – CMAS Três Marias, Miriam Santos – IJSB, Maria da Páscoa –
10 COGEMAS, Isabela Teixeira- SEDESE. Membros da Secretaria Executiva:
11 Consolação Cifani; Nilce Araújo, Vera Lucia Rodrigues, Adelmira Serqueira,
12 Rosalice Tassar, Maria Paula, Rosângela, Max Douglas, Maria Regina, Maria
13 Mansur e Raquel. **RONALDO CMAS:** Boa tarde a todas e todos, os presentes
14 e os convidados da plenária, sejam muito bem vindos na 203ª plenária
15 ordinária. (vozes ao fundo) Como justificativa de ausência, nós temos aqui, do
16 conselheiro Robson Marques Pereira, suplente, Erica de Andrade Rocha
17 suplente, Ítalo Mazoni Gonçalves, titular, Hermellis Tirado titular, Simone
18 Albuquerque titular, Maria Alves titular, e Ronaldo da SEDESE titular. (vozes ao
19 fundo) E na verdade foi constatado já, que de acordo como o regimento Lúcia,
20 é, a primeira chamada as 15 horas, né, e segunda chamada com o numero que
21 se encontra aqui, ok? (vozes ao fundo) sobre a posse, o primeiro ponto aí,
22 seria o próximo ponto, o a posse dos conselheiros SEPLAG, Cesar Cristiane
23 de Lima, titular, e pela federação das APAES Valter Figueiredo Souza. Na
24 verdade eles tem o prazo até (vozes ao fundo) a APAE, a publicação como
25 saiu agora, a APAE tem o prazo até a próxima plenária pra indicação né, em
26 presença para que seja tomada posse o conselheiro Valter Figueiredo. (vozes
27 ao fundo) É eu gostaria de saber se alguém tem algum ponto pra incluir na
28 pauta? (vozes ao fundo) **VOLNEY – É,** não sei se entraria como uma inclusão
29 de pauta né, eu acho que é necessário esse conselho discutir quais serão né,
30 as penalidades pros municípios que não fizeram conferência municipal, porque
31 me apresentaram uma relação de vários municípios que não fizeram, se essa
32 moda pega, daqui a pouco a coisa vai, e não teremos mais conferências né, aí
33 você vê tantos municípios né, que se esforçaram, pra fazer as suas
34 conferências e outros não fizeram né, então, e aí? Não fizeram, e pronto?
35 Entraria em ponto de pauta isso, essa discussão Consolação? (vozes ao fundo)
36 Então eu acho que é necessário a gente abrir essa discussão aqui. **RONALDO**
37 **CMAS:** confirmado então, incluindo o ponto de pauta proposto aqui pelo
38 conselheiro Volney. Mais alguns? **SILVANA:**É, eu acho meu informe, eu e o
39 Wilson, trocamos as conferencias, eu estava em Juiz de Fora e ele em Curvelo,
40 **RONALDO CMAS:** Mas, é, isso seria o informe, a gente vai trazer isso como
41 inclusão de ponto de pauta, ou seria o, os informes das condições? **RONALDO**
42 **CMAS:** Ah, seria os informes das condições né? (vozes ao fundo) **RONALDO**
43 **CMAS:** Próximo ponto, relatoria do processo CGH Chalé, com vistas a
44 prorrogação do pás, conselheiro Ronaldo Gonçalves (vozes ao fundo)
45 Conselheira Silvana por favor, então pode continuar o seu informe, porque
46 depois só vão ser das comissões, o seu parece que é outro assunto diverso
47 das comissões. **SILVANA -** Sobre as conferências eu estava pro dia 30 em
48 Juiz de Fora e o Wilson pro dia 19 em Curvelo, os nossos, as nossas agendas
49

50 particulares dificultar e impossibilitaram essa troca, então eu vou pra Curvelo e
51 o Wilson pra Juiz de Fora no dia 30. **RONALDO CMAS** – Ok. Então vamos
52 passar aqui a, a ao termo de relatoria, coincidentemente sou eu né, eu vou
53 passar aqui a leitura e apreciação dos nobres conselheiros (sons ao fundo)
54 Empreendimento CGH Chalé, nome do empreendedor é o Bruno da Wil
55 Werneck responsável pela elaboração dos pás barragem MLT Engenharia de
56 Projetos Ambientais LTDA, municípios envolvidos Chalé, tipos de processos,
57 apreciação do pás barragem plano de assistência social Fases da Central
58 Geradora Hidrelétrica Chalé, data do recebimento do processo 14/08/2015,
59 data de entrega, 31/08/2015. Fundamentação nós vamos passar direto aí
60 porque não houve as solicitações, não houve necessidade e, e já
61 contextualizando o, o esse empreendedor ele já nos é familiar porque ele
62 participa de vários pequenos empreendimentos nós tivemos inclusive em
63 Santana do Deserto eu mesmo, e, e o responsável pela elaboração do pás
64 barragem também MLT Engenharia de Projetos então segue o mesmo padrão
65 de vários outros que já nos foi apresentado aqui. Contexto do pás barragem, o
66 empreendimento denominado CGH Chalé, pretende ser implantando em um
67 trecho do rio José Pedro, zona rural do município de Chalé para gerar 1
68 megawatt de energia. O plano de assistência social apresentou diagnóstico do
69 município de Chalé, porte 1, habilitado na gestão básica do SUAS do Distrito
70 Professor Esperner Bananal e o diagnóstico individual da propriedade. O pás
71 barragem descreve uma propriedade do senhor Itevaldo da Mata Rosth, que
72 abrigará todas as estruturas necessárias á instalação do empreendimento na
73 margem direita tomada d'água, canteiro de obras, casa de força, bota fora,
74 acessos. As atividades produtivas desenvolvidas no local consistem na criação
75 de gado leiteiro, cultura de café, além de cana e capim para subsistência do
76 gado. Devido ao tamanho pequeno do empreendimento não haverá alteração
77 na largura natural do rio José Pedro uma vez que serão mantidas as condições
78 naturais determinadas pelas chuvas e vazões, dessa forma, o empreendimento
79 não causará alterações nessa dinâmica, assim não haverá formação de
80 reservatório artificial nem criação de nova APP. A implantação da CGH Chalé
81 implicará na criação de poços temporários de trabalho, representados por
82 cerca de 30 empregados diretos no pico das obras durante os 12 meses da
83 construção. Conforme estabelece a resolução CEAS número 4982014, artigo
84 4º, fica o empreendedor responsável elaboração e execução do pás barragem
85 devendo apresenta-la a população atingida em audiência pública específica
86 devidamente comprovada por ata antes de ser protocolada no CEAS MG.
87 Cumprindo o que determina a referia norma a audiência referente ao plano de
88 assistência social para a população a ser atingida pela CGH Chalé ocorreu no
89 dia 27 de abril de 2015 na sede do CRAS no município de Chalé, a ata da
90 audiência é assinada pelos presentes, lista de presença e fotos consta como
91 anexo ao pás barragem. Em reunião com os membros do conselho municipal
92 de assistência social de Chalé, no dia 03/08/2015 houve a informação que
93 representantes dos CNAS da secretaria de assistência social participaram da
94 audiência pública do pás barragem ainda que na audiência estiveram
95 presentes também o proprietário da área a ser negociada e seu filho, que
96 reside, que residem no local. Também foi ressaltada a importância das
97 informações que tiveram na audiência o fato de o empreendimento ser muito
98 pequeno, causando pouco impacto social. A visita técnica á propriedade foi

99 realizada no dia 04/08/2015 e registrada no instrumental de avaliação do plano
100 de assistência social, o pás, roteiro de visitas, anexo ao processo. Durante a
101 visita, foram entrevistados o proprietário da área a ser negociada e seu filho
102 que reside no local, os dois confirmaram as informações que constam do pás
103 barragem. A propriedade possui 338,8 hectares totais e será atingida em 1,24
104 hectares. Ressaltaram que não haverá mudança na produção da propriedade
105 pelo fato da área a ser negociada ser pequena, ainda porque será arrendada e
106 após o período da obra será devolvida toda revitalizada para continuidade do
107 uso pelo proprietário. No pás da CGH Chalé, foram apresentados programas
108 de acordo com a resolução CEAS número 4982014, quais sejam o projeto de
109 comunicação social e articulação institucional, projeto de negociação de terras
110 e benfeitorias, projeto de aproveitamento de mão de obra local, projeto de
111 apoio e assistência técnica ao produtores e trabalhadores rurais, projeto de
112 monitoramento socioeconômico e projeto de atendimento social. Destaca-se
113 que o projeto de atendimento social se dará por meio da implantação do posto
114 de atendimento social no distrito Professor Esperner Bananal que, de acordo
115 com a resolução CEAS de número 4982014 artigo 6º, o empreendedor deverá
116 comprovar para o CEAS MG o funcionamento do posto de atendimento social
117 referido no caput desse artigo até 10 dias após o recebimento do alvará
118 fornecido pela municipalidade local. As atividades do posto deverão
119 permanecer durante a instalação da CGH Chalé, cabendo ao CEAS de acordo
120 com a referida resolução, a avaliação da execução deste plano, com vistas a
121 mitigação dos impactos sobre a comunidade assim como determinar o prazo
122 final do funcionamento do posto de atendimento social. Parecer conclusivo, faz
123 um exposto, exposto cumpridos os requisitos legais da resolução 4982014
124 CEAS MG, a vista da documentação apresentada, o relator membro do CEAS
125 MG encaminha o parecer pelo deferimento dessa plenária e parecer favorável
126 a aprovação do plano de assistência social pás da central geradora hidrelétrica
127 Chalé. Alguns destaques? Algum debate? Alguma pergunta? Alguma dúvida?
128 **VOLNEY:**Ô Rosa, você que é técnica, é, você poderia esclarecer pra gente né,
129 tem ali uma afirmação que o empreendimento ele causará pouco impacto
130 social, o quê que é esse pouco impacto social? **ROSA** – Bom Volney, é, só
131 explicando aos conselheiros CGH é um empreendimento que não tem
132 barramento, não tem aquela construção imenso de, daquele muro pra fazer um
133 lago artificial, ele utiliza da própria queda, sem é, pra achar e instalar o
134 equipamento pra gerar energia, o pouco impacto social que é colocado no pás
135 é que não vai ter reassentamento de pessoas, a área onde vai ser atingida vai
136 se voltar para o empreendedor, para o proprietário daqui a 12 meses
137 revitalizado pra ele continuar usando como pasto, então quer dizer, não vai ter
138 mudança de produção da propriedade, é, ele mora numa região que está
139 assim, ele 338 hectares, eu tive na casa dele é muito, é, onde vai ser o, vai
140 colocar casa de força, o maquinário, é num ovo que ele nem tem acesso na
141 realidade, ele falou que não vai ter acesso, vai melhorar porque ele até a
142 estrada pra se chegar até lá, porque a terra dele é muito grande, então não vai
143 ter esse impacto de mudança da rotina da família, a, a área onde vai passar os
144 equipamentos está longe da próprio, local onde ele reside onde ele produz, é,
145 está a 11 quilômetros do município de Chalé, que nem passa próximo do
146 município, ele passa nas vias é, rurais do município fora da sede e a gente
147 coloca, eles colocaram a comunidade de bananal, mas a comunidade de

148 bananal está também á 8 quilômetros da, de onde vai ser o empreendimento
149 que o empreendimento ele tá bem afastado, então o impacto social que a gente
150 é, viu, acho que são 11 né Ronaldo? 11 ou 8 impactos sociais que é a
151 contratação da mão de obra, tem também, é, isso em comparação aos demais
152 que tem um impacto muito grande né, até de mudança de vida, mudança de
153 pessoas de uma área rural pra, então é esse o pouco impacto social que foi
154 avaliado. **RONALDO CMAS:** – Contemplado Volney? É, na verdade cabe
155 ressaltar também nos fez consta aqui na redação do parecer que esses
156 empregados né, que haverá 30 no pico da construção, eles serão até
157 acompanhados pelo conselho municipal e, e dará prioridade aos
158 desempregados, não tirará nenhum trabalhador rural das suas atividades para
159 que não haja nenhum prejuízo né, em qualquer é, é partido trabalhista aí e
160 aposentadoria, destes que já estão instalados, então a prioridade será dos
161 desempregados com o auxílio aí também o acompanhamento do conselho
162 municipal, mais alguém? (vozes ao fundo) Então sob regime de votação, por
163 favor, quem aprova permaneça como está, (vozes ao fundo) ah, é nominal?
164 (vozes ao fundo) Desculpa, então, por favor, seguir aqui a partir da Geisiane.
165 **GEISIANE DA CARITAS** – Com a aprovação com a relatoria. **VOLNEY**– Com
166 relator. **RODRIGO ASPRON** – Com relator. **ODETE CMAS TRES MARIAS** –
167 Com relator. **JÚLIO INSTITUTO SACRAMENTINOS** – Com relator. **LUCIA**
168 **HELENA COGEMAS** – Com relator. **SILVANA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
169 – Com relator. **SHIRLEY CONSELHO SARZEDO** – Com relator. **WILSON**
170 **SECRETARIA DA FAZENDA** – Com relator. **RONALDO CMAS:** – Aprovado
171 por unanimidade. (vozes ao fundo) Agora nós vamos passar o próximo ponto,
172 distribuição de processos, avaliação do relatório final do pás barragem da PCH
173 Fortuna 2, município de Virginópolis e Guanhães, conselheiro Hermellis.
174 Avaliação do pás barragem ACGH São Felix, município José Raidan
175 conselheiro Ronaldo Sena, (vozes ao fundo) Próximo ponto é, são as, os
176 informes das comissões, sobre os informes dos trabalhos das comissões
177 temáticas. A primeira, Normas. Inclusive Normas reuniu hoje conjuntamente
178 com a comissão temática de orçamento e financiamento. Não é isso?
179 **RODRIGO ASPRON** – É, comissão de Normas né, é, nós temos um ponto de
180 pauta né, que é referente as emendas parlamentares, é, conforme foi
181 deliberado nesse conselho aqui no mês de julho né, a plenária numero 202, é,
182 quem tava aqui presente quem não tava, vou recordar aqui é, a proposta é um
183 manual né, é, um manual subsidiando para fortalecimento para política de
184 assistência social e trabalho por meio de reestruturação e ampliação da rede
185 de serviços de proteção sócio-assistencial e trabalho. E já falei da, do dia da
186 plenária, é, a gente tá trazendo aqui a representante a SEDESE né, do
187 gabinete do nosso secretário André Quintão, a Dayara né, que, já apresentou
188 durante a reunião conjunta das comissões de normas e orçamento e
189 financiamento uma minuta né, dessas emendas parlamentares, e trazendo
190 subsídios para a política de assistência social, é, então eu como coordenador
191 da comissão eu passo pra Dayara, ela vai fazer uma rápida apresentação né,
192 desse manual né, que eu queria falar pros conselheiros que tá em formato
193 preliminar, então que todos que puderem prestar bastante atenção aí, vai
194 favorecer aí a, a apresentação de Dayara. **DAYARA SEDESE** – Boa tarde,
195 meu nome é Dayara como o Rodrigo já mencionou, eu vou apresentar o
196 documento preliminar que (tosses) é, a intenção desse documento é subsidiar

197 os deputados né, na indução de emendas para fortalecimento da política de
198 assistência social e trabalho, então eu vou alinhar com vocês o seguinte, eu
199 vou fazer uma leitura do documento, aí eu peço que se alguém tiver alguma
200 contribuição, alguma pontuação a ser feita no final a gente abre pra inscrições,
201 pode? Eu quero ressaltar aqui é, a parte da política de trabalho emprego e
202 renda, e tem um outro assessor chegando, que é o assessor Bruno Magalhães,
203 subsecretario do Toninho então, pra dar tempo também, porque se vocês
204 tiverem alguma dúvida, serei sanadas na parte da política de trabalho ele poder
205 com mais subsídio responder, então, o documento ele se inicia né, com o nome
206 da SEDESE e, **RONALDO CMAS:** Ô Dayara, Pelotas, só um minutinho por
207 favor! É, na apresentação na leitura, é, eu acredito que seja melhor a gente ir
208 fazendo, ir pedindo destaques durante a leitura e sobre dúvidas no final, tirar as
209 dúvidas, como sua sugestão. **DAYARA SEDESE –** Da melhor forma que vocês
210 achar melhor (vozes ao fundo) **RONALDO CMAS:** O quê que vocês acham?
211 (vozes ao fundo) é, igual nas outras resoluções, vai pedindo o destaque, a
212 gente vai marcando onde é o destaque. **DAYARA SEDESE –** A assistência
213 social em dois tipos de proteção, proteção social básica e a proteção social
214 especial, esta ultima subdivida em graus de complexidade do serviço média e
215 alta, ambas são realizadas através de serviços, programas, projetos e
216 benefícios prestados a família e indivíduos em situação de risco e
217 vulnerabilidade social (vozes ao fundo) a proteção social básica tem um
218 caráter preventivo de risco sociais e individuais e atuam no desenvolvimento
219 das potencialidades e dos vínculos familiares e comunitários com ações
220 voltadas para população em situação de pobreza, acesso precário ou
221 inexistentes de serviços públicos e situações de fragilidades tais como
222 discriminação etárias, étnicas, de gêneros ou por deficiências e outras. O
223 centro de referencia de assistência social CRAS é o principal equipamento
224 público estatal responsável pela organização e oferta do serviço de proteção
225 social básica do SUAS, a proteção especial de média complexidade envolve os
226 serviços destinados ao acompanhamento às famílias e aos indivíduos que já se
227 encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por
228 ocorrência de abandono, maus tratos, violência sexual, abuso e exploração,
229 uso de drogas, trabalho infantil entre outras. O centro de referencia
230 estabelecido especializado de assistência social CREAS é a unidade pública
231 responsável pela organização e oferta dos serviços nos municípios com mais
232 de 20 mil habitantes, sendo que nos demais menos populosos, há os CREAS
233 regionais, sob coordenação do estado, bem como o centro de referencia
234 especializado para população em situação de rua Centro POP e o Centro dia
235 de referencia para pessoas com deficiências , idosas e suas famílias. Já a
236 proteção social especial de alta complexidade deve garantir proteção integral
237 as famílias e ou indivíduos que se encontrem sem vínculos familiares e
238 comunitários ou em situação de alto risco, nesse âmbito estão serviços de
239 acolhimento, tais como famílias acolhedoras, republicas, residências inclusivas,
240 casas de passagem, casas lares, e abrigos institucionais além do serviço de
241 proteção em situação de calamidades públicas e de emergências. 1.1)
242 Importância da destinação de emendas parlamentares para o financiamento
243 dos serviços da assistência social: A rede sócio assistencial é portanto um
244 conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade que ofertam e operam
245 nesses benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação

246 entre todas essas unidades de provisão de proteção social sob a hierarquia de
247 básica e especial e ainda em níveis de complexidades. 2º a NOB Os recursos
248 provenientes de emendas parlamentares que financiam os serviços dos SUAS
249 são de extrema importância para o fortalecimento da oferta de serviços na rede
250 sócio assistencial estes, são previstos em ações, no plano plurianual de ação
251 governamental ao PPAG (tosses) e na lei orçamentária anual, LOA,
252 ponderamos que, historicamente os recursos previstos nas dotações
253 orçamentárias na LOA enviada pelo poder executivo, á assembleia legislativa
254 de Minas Gerais não contemplam o total necessário para coo financiamento
255 anual desses serviços, dessa forma a apresentação de emendas
256 parlamentares que ampliem os valores dessas dotações orçamentárias podem
257 ser uma forma de aumentar os recursos disponível para o SUAS (tosses –
258 vozes ao fundo) **WILSON** – dessa forma, a apresentação de emendas
259 parlamentares que ampliam os valores dessas dotações orçamentárias pode
260 ser uma forma de aumentar os recursos disponíveis para o SUAS e garantir a
261 continuidade da oferta dos serviços em todo o estado. A emenda parlamentar
262 que visa a ampliação da proteção social básica deve se destinada a ação. A
263 ação 4234 confinamento para municípios na execução de proteção básica no
264 PPAG 2012 á 2015, esta coo financia o serviço de convivência e fortalecimento
265 de vínculos, SCFV, no PPAG 2016 á 2019 pleiteia-se que essa ação seja
266 transformada em estruturação da rede sócio assistencial privada e pública no
267 programa oferta de proteção sócio assistencial onde os recursos com tais
268 finalidades poderão ser alocados. (vozes ao fundo) Quanto a emenda
269 parlamentar que visa a ampliação da proteção social especial deve ser
270 destinada a ação, ação 4236, confinamento para municípios, coo financiamento
271 para municípios na execução de proteção especial do PPAG 2012 - 2015 esta
272 coo financia os seguintes serviços, ações: serviços de acolhimento
273 institucional, abrigo, serviço de acolhimento institucional Casa Lar, serviço de
274 acolhimento institucional Casa de passagem, serviço de acolhimento
275 institucional, residência inclusiva, serviço especializado em abordagem social,
276 serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, pessoas
277 idosas e suas famílias, atendimento ao emigrante, serviço de acolhimento em
278 família acolhedora. No PPAG 2016 á 2019 pleiteia-se que essa ação seja
279 transformada em estruturação da rede socioassistencial privada e pública, no
280 programa oferta de proteção socioassistencial onde os recursos com tais
281 finalidades poderão ser alocados. **RONALDO CMAS:** –Destaque nesse outro
282 parágrafo, os recursos **WILSON-** os recursos provenientes de emendas
283 parlamentares estadual também tem importância significativa na estruturação e
284 ampliação da rede assistência social, o desempenho parlamentar ao logo dos
285 anos deve objetivar a ampliação do acesso do usuário a rede sócio assistencial
286 do estado de Minas Gerais pra que se possam enfrentar condições de
287 vulnerabilidade decorrente da pobreza a ausência de renda ou de acesso aos
288 serviços públicos á fragilização de vínculos afetivos e as múltiplas
289 discriminações existentes. Além da construção de novos centros públicos tais
290 como, centro de referencia de assistência social CRAS, centro de convivência,
291 centro de referencia especializada de assistência social CREAS e centro de
292 atendimento a população de rua, centro POP. Os recursos podem ser
293 utilizados em pré-ações, conclusões, adaptações, recuperações,
294 acessibilidades e reformas dos centros públicos já existentes. É possível ainda

295 destinar recursos para equipar as unidades com materiais permanentes de
296 consumo ou contratar serviços necessários para ofertar os serviços da
297 assistência social. Considerando os fundamental com tudo, destacar a
298 importância da locação de recursos para a construção e reforma dos CRAS e
299 CREAS, principalmente equipamentos de operacionalização da política da
300 assistência social, segundo o senso do sistema único de assistência social o
301 senso SUS 2014 existem 1129 CRAS e 846 municípios, 240 CREAS e 225
302 municípios em Minas Gerais, os CRAS dos municípios com até 20 mil
303 habitantes referenciam por atendimento 2500 famílias, já as unidades
304 localizadas em municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes
305 referenciam até 3500 famílias, os municípios com mais de 50 mil habitantes, os
306 CRAS possuem capacidade para referenciar até 5 mil famílias, as unidades de
307 CRAS e CREAS estão distribuídas pelas regiões do estado da seguinte forma:
308 (vozes ao fundo) **DAYARA** – Na verdade a gente colocou esse mapa aí pra
309 deixar claro né, pros parlamentares sobre a distribuição de CRAS por
310 municípios em Minas Gerais, e levando em conta já as 17 regiões de, de
311 desenvolvimento que é as nova, as novas né, pelo atual governo, e logo
312 embaixo a gente coloca uma, um quadro que diz sobre a situação do imóvel
313 dos centros de referencia de assistência social CRAS por território de
314 desenvolvimento em Minas Gerais também, e aí a gente né, tem as legendas
315 de, imóveis alugados pela prefeitura cedidos para prefeitura outro próprio da
316 prefeitura e o total de CRAS por territórios. Logo abaixo também a gente tem
317 no mapa da distribuição de CREAS por municípios em Minas Gerais, é a gente
318 trouxe né, esses mapas uma perspectiva mais de clarear um pouco por
319 parlamentar na hora de ler o documento porque também se não fica muita
320 teoria e ele não consegue visualizar um pouco a realidade do território, então é
321 mesmo nesse propósito e aí logo abaixo também um quadro que diz sobre a
322 situação dos imóveis dos CREAS pros territórios de desenvolvimento de Minas.
323 **WILSON:** – Entidades de assistência social. A política de assistência social é
324 realizado por meio de um conjunto integrado de ações e de iniciativas públicas
325 e da sociedade, essa atuação da sociedade ocorre por meio das organizações
326 e entidades sócio assistenciais que não possuem fins lucrativos e que isolada
327 ou cumulativamente prestam atendimento e assessoramento ou que atuam na
328 defesa e garantia dos direitos, ressalta-se que as entidades de assistência
329 integram o SUAS como prestadoras complementares de serviços sócio
330 assistenciais e como coo gestoras como meio de participação nos conselhos
331 de assistência social. A oferta de serviços sócio assistenciais cabe ao poder
332 público e as entidades sócio assistências, relação entre as entidades sócio
333 assistenciais e o SUAS se dá através de um vínculo, o vínculo SUAS, pautado
334 pelo reconhecimento da condição de parceiro da política pública da assistência
335 social sem prejuízo de outras modalidades de relação entre poder público,
336 entidades e organizações como convênios, ajustes ou parcerias. O vínculo
337 SUAS é o reconhecimento de que as entidades sócio assistenciais integram a
338 rede de prestação de serviço do SUAS na perspectiva de garantia de direitos
339 aos usuários, as entidades sócio assistenciais devem inscrever seus serviços,
340 programas, projetos e benefícios sócio assistenciais nos seus respectivos
341 conselhos municipais de assistência social CMAS, visando garantir padrões de
342 qualidade na prestação de serviços nas condições de trabalho. A inscrição das
343 entidades no CMAS está prevista na LOAS como um dos requisitos para que

344 as mesmas sejam reconhecidas como integrante da rede sócio assistencial do
345 SUAS, as entidades de atendimento são aquelas que prestam serviços,
346 executam programas, projetos e conseguem benefícios de prestação social
347 básica ou especial dirigidos as famílias e indivíduos em situação de
348 vulnerabilidade ou risco social e pessoal conforme resolução CNAS número
349 109 de 2005 e resolução CNAS número 33 de 2011 e resolução CNAS número
350 34 de 2011. As entidades de assessoramento prestam serviços e executam
351 programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos
352 movimentos sociais das organizações dos usuários, formação e capacitação de
353 lideranças dirigidos ao público da política da assistência social conforme
354 resolução CNAS número 27 de 2011. As entidades de defesa e garantia de
355 direitos prestam serviços e executam programas e projetos voltados
356 prioritariamente para defesa e efetivação dos direitos sócio assistenciais,
357 construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das
358 desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direito
359 dirigidos ao público da política de assistência social conforme resolução CNAS
360 número 27 de 2011. **DAYARA SEDESE**– Aí a gente colocou o mapa né, da
361 distribuição das unidades de acolhimento em Minas Gerais ressaltando que aí
362 está incluindo as governamentais e as não governamentais no território de
363 desenvolvimento e logo abaixo a gente colocou as unidades de acolhimento
364 por natureza da entidade também, então aí embaixo tá mais especificado no
365 quadro, no quadro, as governamental e a não governamental e quantos né, por
366 território, e esse outro quadro tá dizendo sobre as entidades de acolhimento
367 não governamental por público atendido então, **WILSON** – As entidades de
368 assistência social desempenham um papel fundamental dentro do SUAS,
369 especialmente no que diz respeito a proteção social especial de alta
370 complexidade. Segundo o senso SUAS 2014 Minas Gerais tinha 854 unidades
371 de acolhimento institucional, dessas, 667 ou seja, 78% eram não
372 governamentais, isso ilustra a centralidade dessas organizações da prestação
373 dos serviços sócio assistenciais, deve-se registrar contudo que as entidades,
374 especialmente as que ofertam serviços de acolhimento institucional enfrentam
375 múltiplas dificuldades que comprometem a qualidade dos serviços prestados,
376 por exemplo, aproximadamente 20% das unidades tem limitações contra a
377 acessibilidade, 54% não possuem veículo exclusivo nem compartilhado e mais
378 de 40% funcionam em imóveis alugados ou cedidos. Para as instituições de
379 longa permanência para idosos destacamos a relevância de adequação de
380 adequações das entidades quanto aos parâmetros definidos na tipificação
381 nacional dos serviços sócio assistenciais, resolução CNAS 109 de 2009 e com
382 o regulamento técnico para o funcionamento das ILPLs RDC 283/2005 da
383 ANVISA e quanto á regularização dos imóveis para obtenção do alto de vistoria
384 do corpo de bombeiros a VCB. A emenda parlamentar **RONALDO CMAS**–
385 destaque. **WILSON** – A emenda parlamentar que visa a ampliação da proteção
386 social especial deve ser destinada a ação, a ação, a ação 426 confinamento
387 pelo município na execução de proteção social, no PPAG, cofinanciamento
388 para município na execução de proteção especial, no PPAG 2012/2015, no
389 PPAG 2016 á 2019. Pleiteia-se que essa ação seja transformada em
390 estruturação da rede sócio assistencial privada e pública no programa oferta de
391 proteção sócio assistencial onde os recursos com tais finalidades poderão ser
392 alocados. **WILSON** -Destaque, desculpa, o destaque é nesse, no próximo, no

393 anterior pode retirar. **VOLNEY**– Além da sua importante atuação na prestação
394 de serviço da proteção social especial de alta complexidade (vozes ao fundo)
395 Além da sua importante atuação na prestação de serviço da proteção sócio
396 especial, sócio, social especial de alta complexidade as entidades também
397 ofertam serviços de proteção social básica conforme a tipificação nacional de
398 serviços sócio assistenciais. Os serviços de convivências e fortalecimento de
399 vínculos é realizado em grupos e deverá ser realizado no CRAS ou em centros
400 de convivência da criança, adolescente e juventude e idosos. Esses centros
401 onde o SCV, SCFV é executado, podem ser públicos ou privados, conveniados
402 ou não, desde que diferenciados ao CRAS, atualmente estamos com 930
403 centros de convivência sendo 695 não governamentais, desses não
404 governamentais, 50% possuem alguma limitação contra a acessibilidade,
405 52,7% dos imóveis são alugados ou cedidos e 51,8% não possuem veículo
406 exclusivo nem compartilhado. A emenda parlamentar que visa ampliação da
407 assistência social básica deve ser destinada a ação, a ação 4234 coo
408 financiamento para municípios na execução de proteção básica, no PPAG
409 2012 á 2015, esta coo financia os serviços de convivência e fortalecimento de
410 vínculos SCFV no PPAG 2016 á 2019 pleiteia-se que essa ação seja
411 transformada e estruturação da rede sócio assistencial privada e pública no
412 programa oferta de proteção sócio assistencial onde os recursos com tais
413 finalidades poderão ser alocados. **RONALDO CMAS** – Destaque. **WILSON** –
414 Portanto a destinação de emendas parlamentares ás entidades privadas sem
415 fins lucrativos da assistência social objetivando equipar, construir, ampliar,
416 reformar, adequar e modernizar a rede de proteção social do estado se torna
417 imprescindível para o fortalecimento da rede sócio assistencial em Minas
418 Gerais, adequações indispensáveis a serem realizadas como construções de
419 rampas para garantir a acessibilidade da pessoa com deficiência, e rotas para
420 cegos como também de sanitários adaptados. 2) A política de trabalho,
421 emprego e renda. **DAYARA SEDESE**– Eu vou passar a palavra pro nosso
422 amigo aqui ó, pra fazer a leitura (vozes ao fundo) **BRUNO MAGALHÃES** – Eu
423 vou me apresentar, boa tarde a todos e todas, eu sou Bruno Magalhães,
424 assessor do subsecretário do Antonio Lambertuci da secretaria de trabalho e
425 emprego no âmbito da SEDESE, como é que é a dinâmica? Desculpa eu
426 cheguei um pouquinho atrasado é, leitura né? (vozes ao fundo) Então vamos
427 lá. A política de trabalho, emprego e renda. Nós começamos com um, um
428 cenário e uma contextualização da política. O desempenho do mercado de
429 trabalho no estado de Minas Gerais tem sido fortemente impactado pela crise
430 internacional que se estende desde 2009 primeiramente nos Estados Unidos,
431 posteriormente na Europa e mais recentemente na China prejudicando
432 fortemente as exportações de nosso estado. Nos primeiros meses de 2015 as
433 variações do produto interno bruto – PIB no estado foram a quem das
434 expectativas apresentando taxas de crescimento baixa. Nesse cenário, torna-
435 se fundamental ampliar a atuação de políticas públicas de trabalho, emprego e
436 renda cujo o objetivo é a inclusão produtiva do trabalhador, do trabalhador. Tal
437 inclusão pode se dar pela via do mercado de trabalho formal, seja como
438 empregado ou como empregador empreendedor, e por outras formas de
439 trabalho e geração de renda, como é o exemplo da economia solidária ou do
440 empreendedorismo individual. O acesso do cidadão as políticas de trabalho,
441 emprego e renda, ocorre principalmente por meio do equipamento público da

442 unidade de atendimento do sistema nacional de emprego, o SINE, mas
443 também por meio de projetos específicos de qualificação profissional e de
444 geração de renda. Em um cenário de dificuldades dos setores produtivos para
445 geração de posse de trabalho, torna-se, torna-se ainda, talvez tenha faltado um
446 virgula aí, torna-se ainda mais importante o estímulo e o fomenta as políticas
447 ações e iniciativas que visem a ampliação e melhoria do serviço de
448 atendimento ao trabalhador e de assessoramento, formação e fomento de
449 grupos de geração de renda. (vozes ao fundo) Sigo? A ampliação do serviço de
450 atendimento dos SINES para municípios ainda não atendidos por esse serviço
451 e a criação de equipamentos públicos de trabalhos regionalizados, os centros
452 de referencias do trabalho, são importantes para a melhoria da capitação de
453 vagas, obrigado, e orientação ao trabalhador para acesso a qualificação
454 profissional, ao emprego formal e ao microcrédito. Com igual importância, é
455 necessário fomentar a exploração das oportunidades dos mercados locais,
456 municípios, por grupos de geração de rendas que existam ou que venham a
457 ser criados, incentivando e apoiando técnica e financeiramente a criação e
458 fortalecimento de pontos fixos de comercialização tais como feiras e lojas.
459 Abaixo estão relacionadas áreas que apresentam potencial para que o
460 trabalhador encontre alternativas de colocação no mercado ou para geração de
461 renda e que poderiam ser objeto de destinação de recurso via emenda
462 parlamentar. 2.1) Ampliação da rede de atendimento ao trabalhador, SINE – O
463 estado de Minas Gerais atualmente possui 133 unidades de atendimento do
464 SINE e 100 de seus municípios que representam 11,72% do total de
465 municípios do estado. Tais unidades de atendimento tradicionalmente atendem
466 o público trabalhador em geral, ou seja, qualquer integrante da população
467 economicamente ativa acima de 16 anos, 14 no caso exclusivo da
468 aprendizagem. Os serviços oferecidos ao público da, ao público nas unidades
469 do SINE são: emissão da carteira de trabalho e previdência social a CTPS,
470 habilitação ao seguro desemprego, a promoção da qualificação profissional, e a
471 intermediação de mão de obra, compreendendo esta, compreendendo duas
472 ações á saber a capitação de vagas de emprego formal, a partir de consulta a
473 empresários e o encaminhamento de trabalhadores ás vagas existentes. O
474 mapa abaixo mostra a disposição das unidades de atendimento ao trabalhador
475 no estado de Minas Gerais. Continuando o texto, as unidades do SINE
476 possuem abrangência regional, oferecendo serviços aos municípios SEDE e
477 também aos limítrofes. A gestão de tais unidades é compartilhada entre estado
478 e municípios, cabendo á estes, a disponibilização da infraestrutura e pessoal,
479 ao estado cabe o fornecimento da infraestrutura e serviços de comunicação,
480 insumos e equipamentos, metodologia de processos de atendimento e
481 treinamento permanente dos funcionários. A ação é financiada por recursos do
482 fundo de amparo ao trabalhador, o FAT, apesar da considerável capilaridade
483 dos serviços em Minas Gerais, devido a grande extensão territorial do estado, é
484 preciso ampliar a cobertura de atendimento ao trabalhador por meio da
485 implantação de novas unidades interiorizando as políticas de trabalho e
486 emprego. Atualmente um trabalhador percorre em média 50 quilômetros pra
487 ser atendido por um SINE, podendo essa distancia chegar a mais de 150
488 quilômetros das regiões com menos unidades. Para implantar um SINE o
489 município precisa observar a portaria 37 SPPE Secretaria de Políticas Públicas
490 e Emprego de emprego no Ministério do Trabalho emprego de agosto de 2009.

491 Vale ressaltar que a implantação requer análise técnica da SEDESE e do
492 conselho de estado de trabalho, emprego e renda, o SETE, bem como a
493 validação pelo ministério do trabalho e emprego. Diante desse quadro, deve-se
494 reconhecer a necessidade de implantação de novos SINES dos municípios
495 com prioridade para aqueles situados em regiões onde há maiores vazios de
496 atendimento. Além da ampliação das unidades do SINE, precisam melhorar a
497 infraestrutura de atendimento nos 100 municípios que já possuem unidades,
498 seja por meio de reformas, seja pela instalação de novas unidades de modo a
499 garantir cobertura em todo o território municipal. Dessa forma a emenda
500 parlamentar poderia subsidiar o gasto de investimento em reformas e
501 adequação do espaço físico e municipal para ampliação e melhoria das
502 unidades do SINE no estado de Minas Gerais. A equipe técnica da SEDESE
503 em conjunto com a prefeitura parceira pode elaborar projetos a partir de
504 estudos que estabeleçam os layouts mais adequados pra potencializar o
505 atendimento ao trabalhador. A emenda parlamentar que visa a ampliação da
506 rede de atendimento ao trabalhador SINE deve ser destinada a ação de
507 intermediação de mão de obra no PPAG 2012-2015 na dotação
508 14811133427245070001, no PPAG 2016-2019 pleiteia-se que a ação seja
509 transformada em implantação, melhoria e manutenção das unidades dos
510 atendimentos SINE no âmbito do programa melhoria da qualidade dos serviços
511 de atendimento ao trabalhador. 2.2) Implantação dos centros de referencia do
512 trabalho CRT. Além do atendimento tradicional realizado pelas unidades do
513 SINE, a SEDESE irá implantar nos próximos 4 anos os chamados centros de
514 referencias do trabalho. O centro de referencia do trabalho é uma estrutura
515 elaborada a partir do conceito de que o trabalhador pode gerar renda a partir
516 de diversos caminhos, desde que amparados por um patamar estipulado pelo
517 trabalho descente e de que tais caminhos irão depender fundamentalmente do
518 perfil do trabalhador, dos ativos que ele possui, e aos quais ele tem acesso e
519 da realidade socioeconômica na qual ele está inserido. Além disso, ao
520 trabalhador é preciso estar garantido um patamar mínimo de direitos individuais
521 e sociais de modo a permiti-lhe condições de proteção social que lhe permitam,
522 ficou duplicado aí, tem que mudar a palavra, de autonomia e geração de renda.
523 Posso eu mesmo fazer o destaque nessa duplicação aí pra gente poder mudar
524 depois? (vozes ao fundo) é, e nesse permitam especificamente que tem dois
525 permitir. Dessa forma, o centro de referencia do trabalho oferece uma serie de
526 serviços de trabalho emprego e renda, que podem ser acessados em
527 diferentes combinações pelos trabalhadores beneficiários, tais serviços estão
528 agrupados na geração dos seguintes ativos: identificação formal, proteção
529 laboral em caso de desemprego, conhecimentos, habilidades e atitudes para
530 exercer uma atividade com excelência, informações sobre as oportunidades
531 existentes no mercado de trabalho e financiamento da produção e
532 comercialização. De modo fundamental, oferece também o serviço de
533 orientação básica profissional denominado acolhimento. Os serviços são
534 divididos em um núcleos de emprego e um núcleo empreendedor, o núcleo
535 emprego abrange os serviços tradicionalmente oferecidos pela política de
536 trabalho emprego e renda conforme sua estruturação inicial que remonta o
537 decreto 76403 de 1975 e demais regulações, são eles: emissão da carteira de
538 trabalho e providencia social CTPS, a CTPS relaciona-se com ativo de
539 identificação formal ao trabalhador além das unidades do SINE e dos CRTS,

540 não, ao trabalhador. Além das unidades do SINE e CRTS, a emissão da CTPS
541 é feita por diversas prefeituras municipais e outras entidades que conveniam
542 diretamente com a superintendência regional do trabalho e emprego de Minas
543 Gerais. SRT MTE, aí o MTE virou TEM, isso acontece muito no Word
544 automaticamente se a gente pudesse destacar também. Habilitação seguro
545 desemprego, SD, a habilitação seguro desemprego, é, (vozes ao fundo) MTE,
546 (vozes ao fundo) habilitação seguro desemprego, habilitação seguro
547 desemprego relaciona-se com o ativo de proteção laboral em caso de
548 desemprego ao trabalhador. A habilitação é realizada pelos equipamentos
549 públicos de atendimento emprego e renda prioritariamente, nos municípios em
550 que estes não existem a habilitação é feita pelas agências da caixa econômica
551 federal. Intermediação de mão de obra, a IMO, IMO relaciona-se com o ativo
552 de informações sobre as oportunidades existentes no mercado de trabalho ao
553 trabalhador, consiste no encaminhamento dos trabalhadores á vagas
554 disponibilizadas por empresários locais, a partir da identificação de perfis
555 adequados, recomenda-se agregar aos serviços de IMO uma etapa de pré
556 seleção de candidatos para as vagas por equipe especializada de psicólogos
557 conforme é feito em alguns SINES notadamente em Salvador uma vez que
558 essa ação aumenta a eficiência do encaminhamento. Hoje em patamares
559 baixíssimos de apenas 10% aproximadamente de colocação do trabalhador
560 encaminhado para o mercado de trabalho, além disso a IMO é um serviço
561 diretamente conectado a capitação de vagas e qualificação profissional
562 conforme se verá a seguir. Capitação de vagas de emprego, a capitação de
563 vagas de emprego se relaciona com o ativo de informações sobre as
564 oportunidades existentes no mercado de emprego. Trata-se da prospecção
565 junto ao setor produtivo local de oportunidades de emprego disponíveis, é um
566 serviço de conexão fundamental com as políticas empresariais, faltou um i aí
567 no empresariais, de desenvolvimento econômico. A capitação de vagas é um
568 serviço essencial mas os recursos disponíveis são insuficientes pois o
569 atendimento ao empresário é fundamentalmente diferente ao atendimento do
570 trabalhador, assim, estuda-se as possibilidades de estruturação de centrais
571 regionais de capitação de vagas implantadas nos CRTS. Qualificação
572 profissional, a qualificação profissional se relaciona com o ativo de
573 conhecimentos habilidades e atitudes para exercer uma atividade com
574 excelência, trata-se do encaminhamento do trabalhador a custo de qualificação
575 profissional oferecidos no âmbito do PRONATEC. Os cursos são obrigatórios
576 no caso do segurado do desemprego, e opcionais em todos os demais casos,
577 idealmente deve ser oferecidos acessos aos cursos que lhe auxiliarão em
578 aquisição de conhecimentos habilidades e atitudes necessárias ao seu
579 percurso de vida. É importante a conexão dos alunos de cursos
580 profissionalizantes com oportunidades de obtenção de um emprego formal isto
581 é, com um serviço de IMO. Competências e intermediação de mão de obras,
582 aquele serviço que a gente já passou por ele, da, do encaminhamento.
583 Competências profissionais ao trabalhador. As competências profissionais ao
584 trabalhador relaciona-se com o ativo de conhecimento, habilidades e atitudes
585 para exercer uma atividade com excelência, trata-se de cursos básicos, de 2
586 horas aula, que trabalha sobretudo com atitudes relacionais necessárias ao
587 bom exercício das funções laborais do mercado de trabalho. Os cursos são
588 oferecidos pela própria equipe do CRT, com pré inscrição e horários e

589 periodicidade definida, é preciso fortalecer a relevância deste curso perante a
590 comunidade em geral, incluindo os empresários. O núcleo empreendedor foi
591 criado para atender grande parte da demanda de trabalhadores que buscam
592 oportunidades de geração de renda por meio de uma atividade autônoma ou
593 empreendedora. Em diversos municípios mineiros a realidade de geração de
594 renda se dá fundamentalmente por meio das atividades autônomas
595 empreendedoras, muitas de caráter precário, com grandes níveis de
596 informalidade. Diante disso surgiu a necessidade de se estruturar serviços
597 específicos para este público, são eles: intermediação de mão de obra,
598 intermediação de trabalhadores autônomos. A intermediação de trabalhadores
599 autônomos relaciona-se com o ativo de informações sobre as oportunidades
600 existentes no mercado de trabalho, ao trabalhador. Trata-se da busca do
601 encaminhamento de trabalhadores de serviços autônomos diários, qualificados
602 e registrados para demandantes, para demandas de solicitantes no geral,
603 mediante agendamento. Atualmente o serviço abrange trabalhadores diaristas
604 domésticos e domésticas e cozinheiros e cozinheiras mas é possível expansão.
605 O preço é definido em conjunto com os próprios trabalhadores registrada toda
606 deliberação em ata. Assessoramento á empreendedores, parceria com o
607 SEBRAE, o assessoramento empreendedores relaciona-se com o ativo de
608 conhecimentos, habilidades e atitudes para exercer uma atividade com
609 excelência, atualmente ele é executado em parceria com o SEBRAE por meio
610 do acesso as diversas oficinas e capacitações de assessoramento promovidas
611 por este órgão aos trabalhadores que procuram o CRT. Microcrédito produtivo
612 orientado, o microcrédito produtivo orientado relaciona-se com o ativo de
613 financiamento á produção e comercialização do trabalhador empreendedor,
614 trata-se de um edital de chamamento público por meio do qual as instituições
615 cadastradas no programa nacional de microcrédito produtivo orientado PNMPO
616 realizam uma cooperação com a SEDESE para oferta de crédito para os
617 trabalhadores empreendedores do CRT. É necessária a disponibilização de um
618 funcionário especializado, após a triagem de documento, de documentos inicial
619 o parceiro de crédito realiza uma visita no empreendimento, que pode ser
620 formal ou informal, fixo ou itinerante, e observadas as condições do PNMPO
621 aprova o crédito no limite de 15 mil reais com taxas subsidiadas pelo governo
622 federal. É importante que o crédito ocorra em paralelo com as atividades de
623 assessoramento, estuda-se a possibilidade de implementação do crédito
624 cooperativo. Qualificação profissional, a qualificação profissional se relaciona
625 com o ativo de conhecimentos, habilidades e atitudes para exercer uma
626 atividade com excelência, trata-se do encaminhamento do trabalhador a curso
627 de qualificação profissional oferecido, sobretudo no âmbito do PRONATEC,
628 oferecidos, né, idealmente ao empreendedor deve ser oferecido acesso aos
629 cursos que lhe auxiliaram em conhecimento, habilidades e atitudes necessárias
630 para ao seu percurso de vida. É importante a conexão dos alunos de cursos
631 profissionais com oportunidades de geração de renda e empreendedora tais
632 como microcrédito, assessoramento e informalização, em suma é a mesma
633 qualificação profissional só que com foco em empreendedorismo. Igual as
634 competências profissionais ao empreendedor, as competências profissionais
635 ao empreendedor relaciona-se com o ativo de conhecimento, habilidades e
636 atitudes para exercer suas atividades com excelência. Trata-se de cursos
637 básicos de 2 horas aula, aos que trabalham sobretudo com atitudes relacionais

638 necessárias ao empreendedorismo. Os cursos são oferecidos pela própria
639 equipe do CRT com pré inscrição em horários e periodicidades definidas, é
640 preciso fortalecer a relevância desses cursos perante a comunidade geral
641 incluindo os empresários. Formalização de empreendimentos, a formalização
642 de empreendimentos relaciona-se como o ativo identificação formal ao
643 empreendedor, deve ser estruturado de modo a permitir ao empreendedor
644 acesso aos diferentes, aos direitos formais previstos na legislação. A
645 formalização pode se dar no âmbito microempreendedor individual, UMEI do
646 empreendedor coletivo seja uma empresa ou cooperativa, e do empreendedor
647 solidário por meio do CADSOL. E por fim o assessoramento a
648 empreendimentos econômicos solidários, o assessoramento aos
649 empreendimentos econômicos solidários se relaciona-se com o ativos de
650 conhecimento, habilidades e atitudes para exercer uma atividade com
651 excelência, trata-se de um assessoramento específico nos moldes previstos
652 pela incubação de empreendimentos a partir do paradigma da gestão
653 associada, é preciso disponibilizar uma equipe dedicada ao trabalho de
654 identificação e assessoramento de empreendimentos pessoal, ficando a cargo
655 da SEDESE a infraestrutura e serviços de comunicação, insumos e
656 equipamentos, metodologia de processos e atendimento e treinamento
657 permanente dos funcionários. Assim a emenda parlamentar poderá subsidiar
658 as reformas necessárias para preparação de imóveis municipais para
659 recebimento do centro de referencia do trabalho. A emenda parlamentar que
660 visa a implantação do centro de referencia do trabalho deve ser destinada a
661 ação e intermediação de mão de obra no PPAG 2012-2015 na dotação
662 14811133427245070001, no PPAG 2016-2019 pleiteia-se que a estação seja
663 transformada em implantação e manutenção do centro de referencia do
664 trabalho no âmbito do programa ampliação e melhoria da qualidade dos
665 serviços de atendimento ao trabalhador essa é nossa infraestrutura de
666 atendimento, agora nós vamos passar pros serviços em si. 2.3) Qualificação
667 profissional de trabalhadores, em pesquisa realizada pela secretaria de estado
668 de educação de Minas Gerais a qualificação profissional é capaz de
669 incrementar em 39% a faixa salarial dos alunos. Além disso, trata-se de uma
670 porta de acesso fundamental ao mercado de trabalho sobre tudo pelos jovens
671 cujo o desemprego é sempre superior aos demais trabalhadores, diante disso,
672 a SEDESE promove cursos de qualificação profissional alinhados a demanda
673 atual do mercado de trabalho formal, autônomo, empreendedor ou solidário. Os
674 cursos promovidos pela SEDESE buscam complementar os cursos de
675 qualificação já oferecidos no âmbito do PRONATEC, são realizados por meio
676 de contratação de instituições com comprovada capacidade técnica e que
677 apresentem trabalho reconhecido em sua área de atuação, vale ressaltar que a
678 SEDESE possui como entidade vinculada a fundação de educação para o
679 trabalho de Minas Gerais, o trambique com mais de 50 anos de atuação no
680 campo. As ações de qualificação profissional realizadas pela SEDESE podem
681 ainda destinar-se a um público específico atendendo a demanda setoriais em
682 diferentes seguimentos, sejam ele econômicos, etários, regionais ou ainda
683 referentes a públicos específicos, exemplo: comunidades tradicionais,
684 mulheres, pessoas com deficiente com deficiência, entre outros. O conteúdo
685 programático dos cursos é pensado de forma customizada para cada demanda
686 de acordo com as exigências do público atendido no mercado de trabalho em

687 que se pretende atuar. A emenda parlamentar que visa a qualificação
688 profissional de trabalhadores deve ser destinada a ação, qualificação do
689 trabalhador para inserção no mundo do trabalho no PPAG 2012-2015 na
690 dotação 14811133427245300001, no PPAG 2016-2019 pleiteia-se que essa
691 ação seja transformada em qualificação para o trabalho no âmbito do programa
692 político de educação profissional. 2.4) Implantação dos pontos fixos de
693 comercialização e economia popular solidária, faltou um o no economia. A
694 economia solidária é um módulo, é um modo de produção caracterizada pela
695 igualdade pelo qual os meios de produção de posse coletiva dos que trabalham
696 com eles. Os empreendimentos de economia solidária são marcados pela
697 autogestão, isto é, são geridos por seus próprios trabalhadores coletivamente e
698 de forma democrática na qual cada membro tem direito a um voto
699 independentemente da função que desempenha no negócio. Atualmente são
700 registrados 1188 empreendimentos econômicos solidários, é, no estado de
701 Minas Gerais, tais dados referem-se ao levantamento realizado pela secretaria
702 nacional de economia solidaria SENAIIS no ano de 2012, abrangendo apenas
703 30% de todo território estadual. Dessa forma, é possível afirmar que o número
704 de AES de Minas é bem mais abrangente, o que deve ser confirmado por meio
705 do cadastro nacional de empreendimentos econômicos solidários o CADSOL
706 lançado no final do ano de 2014 pela SENAIIS cuja adesão pelo estado de
707 Minas Gerais foi feita pela SEDESE. Os AES no estado de Minas Gerais são
708 compostos por segmento, pelos seguintes grupos produtivos, e aí tem um
709 gráfico que mostra que é, grande parte são de artesãos 41%, agricultores
710 familiares 34% e as demais ocupações, é, e as demais é, seguimentos.
711 Destaque aqui para os catadores de material reciclável que também compõem
712 o grupo de empreendimentos econômicos solidários. O plano estadual do
713 desenvolvimento da economia popular solidária de Minas Gerais construído por
714 mais de 150 delegados de todos os territórios no âmbito da terceira conferência
715 de economia solidária propõe como ação fundamental o fortalecimento dos
716 AES por meio da implantação de pontos fixos de comercialização. Constituem
717 ponto fixo de comercialização o espaço físico, físico, no qual são oferecidas a
718 infraestrutura e as condições necessárias á comercialização de produtos e ou
719 prestação de serviços oriundos de empreendimentos econômicos solidários em
720 acordo com os princípios do comércio justo e solidário. Tais espaços devem
721 possuir caráter municipal vinculado a identidade local ou regional, são portanto
722 a um só tempo, uma ação de geração de renda e de desenvolvimento local
723 proporcionando a diversas famílias a oportunidade de comercializar seus
724 produtos e serviços produzidos a partir dos princípios da economia solidária.
725 Para a constituição dos pontos fixos de economia solidária, é preciso garantir a
726 compra de equipamentos como tenda, barracas, balanças, e outros bem como
727 estabelecer parcerias com as prefeituras municipais. A emenda parlamentar
728 que visa a qualificação profissional de trabalhadores deve ser destinada a
729 ação, apoio a comercialização de economia popular solidária no PPAG 2012-
730 2015 na dotação 14811133427217300001 no PPAG 2016-2019 pleiteia-se que
731 esta ação seja transformada em estruturação em manutenção dos espaços de
732 comercialização no âmbito do programa consolidação da política de economia
733 solidária. 2.5) e última, tá todo mundo acordado aí? Entrega dos equipamentos
734 de fomenta ao empreendimentos econômicos solidários. De modo a estruturar
735 AES para que os mesmos possam adequar-se as exigências produtivas,

736 aproveitando as oportunidades do mercado local ou regional, a SEDESE
737 promove a entrega de equipamentos de linda de produção á empreendimentos
738 econômicos solidários que demonstrem aptidão para ampliar suas atividades e
739 potencializar a geração de renda de suas famílias. Os equipamentos são
740 comprados a partir de um estudo sobre a melhoria contínua de produção para
741 cada AES e devem ser acompanhados de momentos de formação e
742 capacitação. Pode ser doada uma serie de equipamentos para os
743 empreendimentos dos catadores de material reciclado, prensa, balança
744 eletrônica, elevador de carga entre outros, fundamentais para implantação da
745 coleta seletiva solidária. Alem desses uma série de outros empreendimentos
746 são elegíveis para o recebimento de equipamentos como empreendimentos na
747 área de confecção, corte e costura, estética, gastronomia, agricultura familiar
748 etc. A emenda parlamentar que visa a qualificação profissional de
749 trabalhadores devem ser destinadas a ação, fomenta e apoio a
750 empreendimentos de economia popular solidária, no PPAG 2012-2015 na
751 dotação 14811133427245840001, no PPAG 2016-2019 pleiteia-se que essa
752 ação seja transformada em estruturação de unidades produtivas/serviços no
753 âmbito do programa de consolidação da economia solidária. Portanto a
754 destinação de emendas parlamentares, aos SINES, CRTS, qualificação
755 profissional, pontos fixos de comercialização e economia solidária e fomenta
756 empreendimentos de economias solidárias visando ampliar e modernizar a
757 rede sócio assistencial do trabalho, bem como os projetos no estado, se torna
758 imprescindível para o fortalecimento da política de trabalho emprego e renda.
759 Há adequações indispensáveis a ser realizadas como construção de rampas
760 para garantir acessibilidade da pessoa com deficiência e rota para cegos, como
761 também sanitários adaptados. **RONALDO CMAS**– Destaque no último. (vozes
762 ao fundo) Vamos ao destaques. (vozes ao fundo) **SHIRLEY**: – O destaque,
763 inclusive na última plenária, porque aqui tá citando novamente a competência
764 de estado de união, mas tem que definir como que fica a questão da
765 competência dos municípios, porque a gente sabe que a competência é dos
766 três, né, e se estamos trabalhando com a questão de conceito, dá a entender
767 que aqui é só estado e união, tá vendo, repassando a transferência regular e
768 automático de recursos aos municípios, os municípios também entram com
769 recurso, e atualmente tem entrado até com bastante recurso, aí como que
770 ficaria aqui? Teria que completar? (vozes ao fundo) **RONALDO CMAS** – É, no
771 anterior ô, ô Shirley, ele tá aqui, o financiamento do SUAS é de
772 responsabilidade compartilhada entre os entes federados união, estados,
773 distrito federal e municípios. **SHIRLEY**– tá mas segunda lei, a segunda frase
774 parece que contradiz a primeira, como estabelecido na lei orgânica é
775 competência dos estados e da união cofinanciar a política por meio de
776 transferência regular e automática dos recursos ao municípios (vozes ao fundo)
777 **ISABELA** – Não, eu entendo que esse segundo só explica que o do estado e
778 o da união é por meio do fundo a fundo, mas antes mencionou que a
779 responsabilidade é dos três entes federados, ele só explica entendeu? Que aí o
780 estado no caso vai fazer por meio de transferência fundo a fundo, eu não
781 entendo como contraditório não. **MARTA** – Contempla Shirley? **SHIRLEY** –
782 Uai, depois que explicou sim, agora minha dúvida é se na hora que alguém ler
783 vai entender isso sem explicar, só isso! **MARTA** – Eu acho que ficar falando de
784 orientação, a conferencia, emendas de parlamentares no âmbito estadual, é

785 isso Dayara? Emendas da assembleia legislativa e não federal. Eu acho que o
786 que se quis com isso, é deixar claro a competência do estado de cofinanciar os
787 municípios entendeu? Pro parlamentar entender esta lógica, mas se não ficou
788 claro, acho que pode aprimorar o texto, mas, entendi que a ideia era esta, a
789 competência da LOAS para o âmbito estadual é cofinanciar de forma regular e
790 automática os recursos dos municípios entendeu? E também da união, mas eu
791 acho que aí a intenção é chamar a atenção para competência do estado né, já
792 que a gente tá apresentando um manual para parlamentares estaduais.
793 **RONALDO CMAS**– Contempla, Não? (vozes ao fundo) não tá contemplada? É
794 porque a redação ela diz aqui em cima já, o financiamento do SUAS é de
795 responsabilidade compartilhada entre os entes federados, união, estado,
796 distrito federal e municípios, então já fechou. Ele já diz que tem a participação
797 também dos municípios, agora aqui como o, a Isabela colocou, o
798 financiamento, cofinanciamento é de fundo a fundo e por se tratar de verbas
799 parlamentares do estado pra financiar, ele traduz até o final desse parágrafo,
800 como estabelecido na lei orgânica de assistência social LOAS é competência
801 dos estados e da união cofinanciar a política de assistência social por meio de
802 transferência regular e automática dos recursos aos municípios (vozes ao
803 fundo) **LUCIA**:Ô Shirley aí tá falando só, só do repasse fundo a fundo (vozes
804 ao fundo) Tá falando só do repasse, quem faz repasse a união é o estado, ao
805 município, não tem, o município não faz repasse pra ninguém, e aí não tá dito
806 que o município não gasta, paga, tá dito é que o estado e a união fazem, tem
807 obrigação de fazer o repasse fundo a fundo. O que não é nem o alvo desse
808 instrumento, este instrumento é uma tentativa de sensibilizar os deputados a
809 que façam a definição de emendas parlamentares de acordo com a política né,
810 que vai passar pelo fundo, mas que não é nem, nem o corpo da política, aí é só
811 transferência fundo a fundo, não compromete o município não. **RONALDO**
812 **CMAS** – Ok, é, o próximo aí, é, na segunda, isso, sou eu, na verdade a ação,
813 eu num, num entendi a intenção da redação começa aí, a emenda parlamentar
814 que visa a ampliação da proteção social básica deve ser destinada a ação e
815 repete, a ação 4234 (vozes ao fundo) é só erro material né, então nas demais
816 que eu pedi, todas são, estão dessa forma tá, aí pode trazer, (vozes ao fundo)
817 **DAYARASEDESE**: - Foi só um erro de digitação aí, na hora que eu modifiquei
818 lá embaixo, e eu dupliquei a ação aí **RONALDO CMAS**–Ok, então todas que
819 eu pedi é com relação á essas ações tá, (vozes ao fundo) **DAYARA SEDESE** -
820 (hora – 15:01) Essa aí ó, enquanto a emenda tá normal, uma assim? (vozes ao
821 fundo) **RONALDO CMAS** - Não, ela também, na segunda linha, ser destinada,
822 no meu aqui tá (vozes ao fundo) tá, no impresso está dessa forma (vozes ao
823 fundo) é, eu não segui pelo slide não, no Power point, aqui está, todas elas
824 (vozes ao fundo) é Isabela no quadro entidades de acolhimento (vozes ao
825 fundo) **ISABELA** - Não na verdade isso aí também é só que eu entendo ali
826 que deveria ser não governamentais no plural não? Entidades de acolhimento
827 não governamentais por público atendido, só isso. (vozes ao fundo) **VOLNEY** –
828 Eu até participei pela manhã, né, porque pelo valor da emenda não permite é,
829 fazer a construção apenas pra reforma, nós tínhamos falado né, então tá ali,
830 portanto a destinação de emenda parlamentares as entidades privadas sem
831 fins lucrativos a assistência social objetivando equipar, construir, nós podíamos
832 então tirar o construir não? **LUCIA** - Posso, posso lembrar da discussão? O
833 que foi relatado pra gente Volney, é que normalmente, ultimamente as

834 emendas tem sido nesses valores aí assim, eles pulverizam os recursos pra
835 atender um monte de gente né, mas isso pode mudar, depende dele, do e
836 deixa porque dependendo do entendimento dele ele pode fazer uma emenda
837 que vale a pena e resolvam o problema inteiro. **RONALDO CMAS:** - no caso aí
838 serve até como um incentivo né, em aumentar pra construir (vozes ao fundo)
839 **DAYARA SEDESE** - É, e fazendo uma colocação aí na questão das rampas
840 né, é, normalmente são construções, não são reparos, então não deixa aí de
841 contemplar nesse aspecto. **MARTA:** - Eu queria voltar só uma coisa porque eu
842 notei agora, no parágrafo aí além da importância na atuação da prestação de
843 serviços fala dos serviços de fortalecimento convênio de vínculos, e não usa
844 sigla, no parágrafo seguinte usa sigla, então coloca sigla em cima porque
845 embaixo a pessoa já identifica o quê que é, entendeu? Segue, segue, aí o
846 serviço de fortalecimento, isso, é, porque embaixo cita aí a pessoa identifica.
847 **RONALDO CMAS:** - Próximo destaque, o item dois aí, Shirley no ultimo
848 parágrafo dessa, **SHIRLEY** – Eu ia perguntar sobre a economia solidária mas
849 eu já fui contemplada lá no final, já explicou o quê que era, tranquilo. (vozes ao
850 fundo) **RONALDO SEDESE** - Próximo destaque é do leitor, o ultimo leitor,
851 desculpa o nome, favor se identificar, é o 2.2, Bruno. **BRUNO MAGALHÃES** –
852 Ok, deixa eu ver o quê que era, a é verdade! Além disso o trabalhador é
853 preciso se destacar (palavras ilegíveis) dos direitos individuais de modo a
854 permiti-lhe condições que lhe (vozes ao fundo) viabilizem a busca, a, no
855 segundo é melhor né (vozes ao fundo) do permitam (vozes ao fundo) pode ser,
856 assegurar-lhe (vozes ao fundo) verdade, que lhe permitam a busca de (vozes
857 ao fundo) é que na verdade o, o sentido que a gente tava querendo é o
858 seguinte aqui, além da, das oportunidades de busca de autonomia e geração
859 de renda, como é o seu serviço regional que se pretende as conexão com os
860 serviços do CRAS e do CREAS que ele tenha também assegurado um patamar
861 de prestação social, a partir do qual ele pode né, buscar oportunidades, então,
862 (vozes ao fundo) assegurar-lhe condições, eu gostei assim, que lhe permita
863 assegurar a busca de oportunidades, de autonomia e geração. **RONALDO**
864 **CMAS:** Próximo destaque Bruno também, emissão da carteira já foi corrigido
865 né? (vozes ao fundo) **LUCIA:** é uma pergunta Bruno, que nós conversamos
866 aqui de manhã, porque, o atendimento a pessoa com deficiência, a discussão
867 que a gente tem feito com o sistema S em função das orientações tanto do
868 MDS quanto da SDH. O sistema S ta tendo muita dificuldade nessa oferta, na
869 adequação para essa oferta, e ai nós ficamos nos perguntando aqui, quando
870 você falou de entidades no texto, quando ta colocado entidades, se as
871 entidades socioassistenciais que trabalham com pessoas com deficiência elas
872 tem metodologias, algumas delas, tem metodologias especificas para preparar
873 para o trabalho o portados de deficiências múltiplas ou com rebaixamento
874 intelectual, e ai nós queríamos só o esclarecimento se essa, essas emendas
875 seriam possíveis para isso. Por que a gente quer fazer essa divulgação para a
876 rede que vá atrás dos deputados para propor as emendas, sabe? Só pra gente
877 ter esse esclarecimento. **BRUNO MAGALHÃES** - Com certeza Lúcia, é hoje
878 nos temos cenário, o PRONATEC é um programa muito amplo, muita
879 abrangente, ele ta trazendo 14.000 vagas de formação continuada para Minas
880 Gerais, mas ele é um programa padrão que como todo programa é, apesar dos
881 grandes avanços que ele traz, ele não contempla as vezes especificidades de
882 cada público ou de cada região, então a ideia da SEDESE de levar esse, essa

883 ação para captar recurso via emenda é justamente trabalhar nessas
884 especificidades. Então é sim, é possível, porque aí de acordo com a emenda
885 parlamentar, por exemplo, já tivemos historicamente uma emenda que
886 trabalhava com recuperação de pessoas em situação de vícios de drogas, por
887 exemplo, ou trabalhar com quem tava sendo socializado do socioeducativo,
888 especificamente ai se faz, constrói junto, com enfim, o componente da emenda,
889 porque ele tem as especificidades um termo de referência, faz um edital com
890 seleção amplo para atender essas especificidades, então é possível para
891 pessoa com deficiência e é possível para outras especificidades também. É
892 possível e é desejável, porque aí a gente complementa uma atuação que já
893 existe. **LUCIA:** Entenderam né gente? Botar as entidades atrás dos deputados.
894 É isso. (vozes ao fundo) **RONALDO CMAS:** o próximo aqui teve um do Bruno
895 também no gráfico. (vozes ao fundo) Foi logo após o 2.3, foi no 2.4 no gráfico
896 adicionou alguma coisa que pediu destaque. (vozes ao fundo) É me chamou
897 atenção aqui nesse quadro, é, que ele trata de portanto a destinação de
898 emendas parlamentares ao SINES- CRTS qualificação profissional, pontos
899 fixos de comercialização em economia solidaria e fomento e empreendimentos
900 econômicos solidários, visando ampliar e modernizar a rede socioassistencial e
901 trabalho. É isso mesmo? Modernizar? Porque. Eu entendo a rede
902 sociassistencial ele ser um pouco diverso apesar de estar ai trazendo esse
903 vínculo com o trabalho. Mas a rede socioassistencial ele é de acordo com o
904 vínculo SUAS, então assim, ele não. (vozes ao fundo) **VOLNEY-** O gente só
905 pra lembrar aqui um detalhe, o que que o estatuto define, porque eu acho que
906 esse documento sendo aprovado por nós pra não ter nenhum erro né? Hoje o
907 estatuto define rotas mesmos pra cego ou deficiente visual? Qual que é o
908 correto? Eu não sei responder, ta certo? Mesmo? (vozes ao fundo) Então é
909 rota pra cego mesmo? **DAYARA SEDESE:** Só pra esclarecer aqui Ronaldo, é
910 eu acho que foi um erro mesmo quando eu copie pra tentar seguir os mesmos
911 parâmetros e, não ter retirado socioassistencial mas ai a gente modernizar a
912 rede de trabalho, contempla? (vozes ao fundo) **RONALDO CMAS** Acredito que
913 o que ta se tratando nesse segundo momento é da rede de trabalho. **DAYARA**
914 **SEDESE** É porque eu mudei aqui no computador, ai ficaria do jeito que ta lá.
915 (vozes ao fundo) **BRUNO:** Eu achei gente esse final, eu achei que ele poderia
916 ser melhor alocado lá na descrição do SINES, porque como aqui é um
917 quadrinho amplo eu achei agora na leitura que ficou um pouco deslocado. Não
918 sei o que vocês acharam. Eu acho que tem que permanecer porque é um
919 destaque, é um tipo de reformar especifica que é pra acessibilidade, mas eu
920 acho que é mais adequado, la no penúltimo parágrafo do texto que ta falando
921 da, manutenção das entidades do SINE, dos equipamentos públicos do SINE.
922 (vozes ao fundo) **RONALDO CMAS:** Volney já ta contemplado aí no termo cego
923 e deficiente visual, não? (vozes ao fundo) **JULIO:** Porque a pessoa não pode
924 ser cego mas pode ter outro problema visual, não é? Então ai eu acho que
925 deficiente visual contempla mais do que cego em si. **RONALDO CMAS:** Olha a
926 termologia eu não sei mas eu sou deficiente visual quando eu uso óculos,
927 alguma coisa assim pra correção. **CONSOLAÇÃO :**Ô gente, se atender a um
928 cego uma rota de fuga, todo deficiente visual tá atendido. Ou seja, quem não
929 enxerga nada cê tem acesso, aquele que enxerga um pouco a rota tá tá
930 atendida né, se a gente fosse levar por outros tipos de deficiência, ou seja, uma
931 pessoa que enxerga vulto, uma pessoa que, porque esse não é tido como

932 cego, existe a deficiência que vai por níveis né, então a gente já teve até
933 conselheiro aqui assim, que enxergava vulto se ocê atende o cego cê tá
934 atendendo á ele sim. (vozes ao fundo) **RONALDO CMAS:** Agora tem o
935 destaque do Bruno né, ele tá sugerindo (vozes ao fundo) **DAYARA SEDESE:**
936 Quanto a última palavra, a última frase do quadro quê que vocês avaliam? No
937 caso a gente teria que realocar tanto na descrição dos SINES quanto nas
938 descrição do CRT, porque os dois devem contemplar é é essas questões, se a
939 gente por só no SINE (vozes ao fundo) **SILVANA:** Eu acho que ele deve ser
940 transferido sim, porque esse, esse texto aí ele fecha o documento né, da, o que
941 é importante aí não é **DAYARA** Mas na parte da assistência né, a gente seguiu
942 o mesmo quadro e a gente finaliza com essa frase, eu não sei, eu não acho
943 que tá deslocado não (vozes ao fundo) **MARTA:** É, eu acho que ele tá ali pra
944 chamar exatamente atenção que também essas unidades precisam de
945 acessibilidade, talvez né, chamar a atenção pra isso também, a necessidade,
946 sabe, de a, a serem realizados e tal porque, porque eu acho que isso chama
947 atenção do parlamentar (vozes ao fundo) é, e isso chama atenção do
948 parlamentar, entendeu? **BRUNO:** Então eu vou só sugerindo inclusão, fica
949 mais, talvez fica mais, ficaria mais claro se colocasse: a adequação
950 indispensáveis a serem realizados nos equipamentos de atendimento como
951 construção, que aí tá claro que não é na qualificação profissional né? (vozes ao
952 fundo) **LUCIA:** Ô presidente, só deixar registrado aqui que na comissão
953 também ficou né, vai ser lido aí o encaminhamento né? Mas na, na comissão,
954 só pra registro aqui em ata, ficou é, a sugestão de que essas orientações
955 sejam divulgadas também aos conselhos, pra que os conselhos por sua vez
956 divulguem para a rede sócio assistencial, entendeu? Pra elas também se
957 orientarem né, pra fazer as solicitações aí aos deputados ou se organizarem
958 pra fazer, é, considerando a adequação das propostas á política (vozes ao
959 fundo) **RONALDO CMAS** :Então o encaminhamento aí da comissão é
960 divulgação do texto para os conselhos (vozes ao fundo) é, então já traz o
961 indicativo de aprovação, a comissão traz o indicativo né, de aprovação do
962 texto, agora o entendimento é de que, nós estamos aqui com dois assuntos
963 aqui, apesar de ser a mesma secretaria, diversos né, é, e entendo que esse
964 plenário ele tem muito mais propriedade de debate e de aprovação do que
965 cabe a assistência social e não ao trabalho houve, deve ter havido contribuição
966 das, da, das comissões temáticas mas, é, até aqui houve muito pouca
967 contribuição exatamente por, pela maioria dos conselheiros né, da gente tá
968 tratando aqui de um conselho estadual de assistência social e focar mais do
969 que é a assistência social. Então ele não tem novidade nenhuma quanto ao
970 tipo de serviço, a rede sócio assistencial, fortalecimento de vínculos NOB e
971 SUAS mas o que trata de trabalho é algo que nem todos aqui tem, tem pondera
972 mento né, de todas as informações né? (vozes ao fundo) **ISABELA:** Oi, é a
973 gente até conversou sobre isso de manhã também sabe? Se caberia a gente
974 fazer a aprovação do, do documento como um todo ou só a parte de
975 assistência social, é aí consola aqui, eu acho que é só da assistência pela
976 competência do conselho ser pra discutir a política de assistência social né,
977 assim, não por a gente não ter conhecimento A ou B sabe? Mas eu acho que é
978 mais pela competência legal do conselho, mas (vozes ao fundo). **MIRIAM:** –
979 Não eu queria só dizer o seguinte, eu acho que o documento ele tá muito bom
980 né, eu trabalharia mais com, invés de guia recomendação, porque a gente sabe

981 né, da arrogância dos debutados em relação a receberem né, é guias né, então
982 eu trabalharia mais com recomendação mas eu acho que num vem ao caso,
983 mas eu acho o seguinte, que, é, há instituições aqui que tem a competência pra
984 discutir a questão do trabalho né, eu mesmo faço para de uma instituição que
985 tem essa competência né, mas eu acho que o documento é um documento
986 síntese de orientação, não precisa de ter muito detalhamento, eu acho que a
987 gente aprova né, essa parte da assistência social e a gente referenda a parte
988 do trabalho né, a a parte da assistência a gente aprova e referenda né, a parte
989 do trabalho, não sei se o trabalho (vozes ao fundo) **SILVANA:** referendar
990 significa, (vozes ao fundo) é, é, é na verdade é isso– **RONALDO CMAS** Na
991 verdade referendo é uma aprovação **MIRIAN** – Sim, mas é porque fica
992 estranho, eu acho que fica estranho a gente dizer que a gente, porque, ê,
993 ajudar, o CNAS se sente contemplado, o CNAS não, conselho de Assis,
994 desculpa, estadual de assistência se sente contemplado com esse texto do
995 trabalho? Se sente. Então eu acho que a gente não precisava dividir né, eu
996 acho que a gente aprovaria e **CONSOLAÇÃO:** Eu acho eu acho que pode
997 constar que o conselho aprovou né, a parte do, por que isso é uma questão
998 legal, se ele for questionado amanhã, quem que aprovou essa cartilha, e ele
999 falar que é o conselho, o conselho responde é, é questão legal, não é uma
1000 questão de, de ele não pode aprovar um texto, algo manual, é a mesma coisa
1001 de chegar o conselho do trabalho e trazer, aqui ó gente, fiz uma cartilha da, da
1002 assistência social, uai, mas com que competência que que ele fez isso?
1003 Entendeu? Vão ser questionado, agora a gente pode colocar que talvez não é
1004 introdução que, o conselho ele, ele contribuiu com essa elaboração da parte do
1005 trabalho né, ele aprovou isso, ou então não seria uma aprovação né, entraria
1006 como vocês tão colocando colaboradores na é, nessa cartilha, porque também
1007 pode ter esse outro caráter. Nos contribuímos com a elaboração e não precisa
1008 vir aprovação pressupõe resolução, uma coisa assim, então talvez não seria o
1009 caso, seria o quê? Trouxe pra cá porque o conselho contribuiu como diversos
1010 aqui contribuíram, **RONALDO CMAS** –Bruno por favor. **BRUNO MAGALHÃES**
1011 - Dar uma contribuição, é, a título só de, de auxílio mesmo, de reflexão. Nós
1012 temos hoje um cenário é que, grande parte dos municípios, a política de
1013 trabalho ela tá transitando aí, ela é muito próxima de assistência social do
1014 ponto de vista da inclusão produtiva né, e a Monique fez um, é, naquela
1015 pesquisa da Monique para, me parece que mais de 300 municípios, eu não
1016 tenho o dado aqui, realizam ações de inclusão produtiva no âmbito da
1017 assistência social, é uma complementação que, que, que é muito válida pra
1018 questão por exemplo da qualificação das pessoas com deficiência, então, é, o
1019 trabalho ver com bons olhos é esse espaço enquanto contribuição pras
1020 políticas de trabalho enquanto capitalização das políticas de trabalho, então eu
1021 acho que assim, com a devida, é, não vou fazer nenhum tipo de sugestão, com
1022 a devida é, ressalva das competências do CEAS, se aparecer no texto a
1023 ressalva competência do CEAS é, pra questão de responsabilização futuro e
1024 tudo mais, isso resguarda, mas o trabalho não vê, muito pelo contrário, vê com
1025 excelentes olhos a análise, aprovação desse texto pela assistência social
1026 (vozes ao fundo) **RONALDO CMAS** :Gente, sobre isso, nós, tá aberto o debate
1027 aí, meu entendimento continua sendo que precisa, podemos aprovar o
1028 documento, no que tange a assistência social, na verdade é uma instancia que
1029 deliberativa, a gente deliberar com assunto que ele não é do nosso dia a dia,

1030 ele não é trazido, não há uma comissão que se debruce dessa forma aqui né, e
1031 os conselheiros estão estamos sujeito a lei 1429 como agente público e
1032 realmente podendo responder por isso no que tange a aprovação de um
1033 documento que não é de sua competência. Então tá aberto aí, eu entendo que
1034 nós podemos colocar como proposta, a minha proposta seria essa, aprovar o
1035 que tange a assistência social e no caso contribuir e recomendar no que tange
1036 o trabalho (vozes ao fundo) no encaminhamento, aprovar no que tange a
1037 assistência social e recomendar no que tange aí a discussão é, em respeito
1038 debruçar de quem contribuiu com o documento né, com isso. (vozes ao fundo)
1039 Podemos? (voz ao fundo) É, antes de de finalizar eu queria tirar uma dúvida
1040 (vozes ao fundo) não mas é, é, antes de finalizar vai ser votada, é eu queria
1041 tirar uma dúvida porque até o que aconteceu no meu município lá né, eu vi um
1042 mapa aqui, ele não se tratou em algum momento da redação das UAIS e houve
1043 lá a, a instituição de UAI e o SINE não tem mais com o que tá aqui, e o
1044 documento trata de ampliação dos SINES, é isso que eu queria entender
1045 (vozes ao fundo) a UAI não é da SEDESE? (vozes ao fundo) porque o SINE
1046 ele contemplava exatamente o que tá aqui (vozes ao fundo) não é aí, isso que
1047 me chamou atenção, no texto não chama atenção, então eu vejo o SINE e UAI,
1048 então que ponto que tem em comum e que ponto que é divergente a UAI do
1049 SINE, porque hoje em Juiz de Fora não tem mais o SINE tem a UAI e prestam
1050 alguns serviços descritos aqui na redação, eu só deparei com os dois no mapa,
1051 e não na redação, eu só queria compreender (vozes ao fundo) é questão de
1052 compreender mesmo a diferença, porque o documento traz a necessidade de
1053 ampliação dos SINES e não da UAI. (vozes ao fundo) **BRUNO MAGALHÃES -**
1054 A UAI é, essa é uma dúvida excelente Ronaldo, e muito corriqueira, a UAI é
1055 um, um, ela traz o serviço do SINE tradicional com todos os serviços previstos
1056 do convênio, só que ela traz ele de forma integrada a outros serviços né, então
1057 dentro da UAI ele tem um SINE, inclusive com a logomarca, com a logomarca
1058 também do MTE porque é um repasse de recursos, mas a UAI ela traz um
1059 SINE integrada á outros serviços vários, lá na UAI de Montes Claros tá até
1060 tendo um pátio de vistoria do DETRAN lá, mas geralmente os serviços são de
1061 identificação, de passaporte, enfim, então o SINE é, o que a gente colocou no
1062 mapa é pra justamente separar onde que é SINE e onde que é o SINE dentro
1063 da UAI, mas isso pode ficar mais claro, a gente pode colocar isso até como um
1064 texto explicativo em uma nota de rodapé, talvez pra, pra explicar por leitor né,
1065 principalmente o deputado que vai avaliar a colocação das emendas. Acredito
1066 que pode ser porque me causou **RONALDO CMAS:** dúvida. E esse serviço, a
1067 carte, essa CTPS ela é tirada lá, seguro desemprego é lá, identidade é lá na
1068 UAI e são serviços que eram prestados pelo SINE né, inclusive DETRAN
1069 assim, e vários outros órgãos do estado. Então eu só consegui perceber isso
1070 no mapa e nenhuma redação trazendo dessa forma, explicando a diferença
1071 entre um e outro e porque eu não sei nem se continua, eu queria entender de
1072 vocês, a UAI como é que se dá, quem é que implanta, se vai continuar e se há
1073 né, esse interesse de ampliar e criar os SINES independente de ter UAI ou
1074 não, eu não consegui desvincular um do outro. **BRUNO MAGALHÃES -** É, a
1075 UAI é mais abrangente né, então a gestão da UAI, essa questão de ampliação
1076 e implantação é da secretaria de planejamento, então a gente não consegue
1077 aqui responder, o que não impede de eventualmente no município é, por
1078 exemplo, Juiz de Fora né Ronaldo, você citou, a UAI tá lá no shopping, tá

1079 distante do centro, então, em havendo adequação a portaria 37 no ministério
1080 do trabalho, ou seja, em havendo a necessidade de implantar mais um SINE,
1081 BH por exemplo é um município que tem 7 ou 8 SINES, então em havendo a
1082 necessidade, não importa se pode ter um SINE fora da UAI ou um SINE dentro
1083 a UAI. A UAI ela traz o serviço do SINE completinho só que dentro de um
1084 equipamento que traz outros serviços junto, ele só colocou junto fisicamente e
1085 aí tem a série de processos. Então a minha sugestão nesse sentido é colocar
1086 aqui, o estado de Minas Gerais atualmente possui 133 unidades de
1087 atendimento do SINE, e sendo 100 municípios, aí a gente faz uma vírgula dos
1088 quais 28 unidades estão, é, dentro no interior, integradas na unidade de
1089 atendimento integrado UAI, porque são 28 unidades no estado de Minas
1090 Gerais, inclusive Juiz de Fora. O CRT por exemplo, o centro de referencia do
1091 trabalho, vai ter o SINE também, é um SINE ampliado, Juiz de Fora é um dos,
1092 dos grandes candidatos porque lá é uma necessidade então não há. Se tem
1093 um SINE na UAI tem a necessidade de ter outro SINE, mesmo que a CEPLAG
1094 entenda que não precise de ter outra UAI, a SEDESE vai atuar, tentando
1095 provar a ampliação do SINE dentro dos municípios. –**RONALDO CMAS**
1096 representante do conselho né, e do município de Juiz de Fora, eu fico muito
1097 feliz com essa noticia, até porque o SINE funcionava no coração da cidade e
1098 hoje a UAI não atende a demanda do município com 600 mil habitantes, ela
1099 não dá conta de atender o que se prestava o serviço que se prestava o SINE, e
1100 era bem central realmente, há uma série de reclamações lá quanto á isso. Mas
1101 me parece que onde funciona a regional SEDESE tem espaço pro SINE lá que
1102 é aonde funcionava **BRUNO MAGALHÃES** - É foi até uma uma proposta que
1103 saiu nos fóruns regionais e nós estamos ali focados nela, já foi uma forma
1104 vocalizado de fato em Juiz de Fora, é, tem uma mobilização forte em relação a
1105 isso. **RONALDO CMAS** então ok. Sobe o regime de votação com alteração já
1106 proposta pelo Bruno, quem aprova dessa forma? Aprovando o texto né, que
1107 tange a assistência social e recomendando no que tange o trabalho, e
1108 publicizando aí né, atendendo aí a, a já o parecer da comissão conforme a
1109 nossa colega Lucia colocou. Sobre regime de votação dessa proposta, quem
1110 aprova permanece como está. Votos contrários? Abstenções? Aprovado por
1111 unanimidade né. Vamos passar então a, aos informes. As comissões temáticas
1112 (vozes ao fundo) É, normas e orçamento foi essa né? então agora, política
1113 também reuniu hoje com a comissão de apoio conjuntamente, então passar a
1114 Shirley vai fazer um relato aí. **SHIRLEY**– Bom eu vou pedir ajuda as duas
1115 colegas, Izabel e Marta, principalmente na questão da discussão da comissão
1116 porque houve algum, alguma confusão hoje cedo, eu não recebi o email, eu
1117 não vi, que tinha comissão hoje cedo, era pra eu ter vindo hoje cedo e não vim.
1118 Então por isso, é, pois é, então por isso não participei da discussão, então vou
1119 ler o que foi o ponto e pedir pra quem tava presente esclarecer que eu acho
1120 que é mais rico né, bom, é ponto 1) em conjunto a comissão de apoio – tema
1121 assunto – CEAS recebe 24 de agosto de 2015 e-mail da presidente do
1122 conselho de Mariana de Minas Gerais, Tereza Cristina dos Santos informando
1123 que a SEDESC funciona em espaço alugado sem acessibilidade, em virtude,
1124 em virtude de não poder continuar arcando com as despesas do aluguel, a
1125 SEDESC será transferida para o centro de referencia da infância e da
1126 adolescência CRIA que segundo ela passa por problemas de organização para
1127 garantir os atendimentos. Houve reunião ordinária naquele conselho em 13 de

1128 agosto, os conselheiros expuseram suas opiniões favoráveis a mudança.
1129 Afirma ainda que essas mudanças já ocorreram antes e comprometeu os
1130 serviços de fortalecimento de vínculos realizado no CRIA. Houve solicitação de
1131 um conselheiro de uma reunião extraordinária para que seja movida uma ação
1132 junto ao ministério público na tentativa de impedir que a mudança se
1133 concretize, a presidente solicita orientação dos aparatos legais que permitam
1134 aquele conselho a mover tal ação caso seja aprovada em plenária. Aí eu vou
1135 pedir pra Marta comentar a questão (vozes ao fundo) **MARTA** – Não, eu acho
1136 que é ler um pouquinho da discussão tá? Da comissão. Primeiro que nós
1137 achamos que as informações que o município passou é, a gente não conseguia
1138 ter exatidão de onde tava o nó e onde era a questão. Primeiro ela fala de
1139 acessibilidade, ok, isso é importante porque a gente tá dizendo do órgão
1140 gestor da sede da secretaria municipal, então a gente não sabe se tem algum
1141 serviço que é prestado lá também (vozes ao fundo) é secretaria municipal, a
1142 gente não sabe se tem algum serviço, a gente não sabe, é se o CRIA citado
1143 aqui é um equipamento público, ou não, então tem um monte de informações
1144 que pra, pras duas comissões tanto de política quanto de conselho poderem se
1145 manifestar de apoio, a gente sentiu dificuldade, né, então precisava de mais
1146 informações né, o que a gente encaminhou foi que esse conselho deveria
1147 repassar praquele município as orientações técnicas com relação ao serviço,
1148 ao serviço de fortalecimento de vínculos né, porque existem orientações
1149 técnicas, existem normativas com relação á isso né, mas orientar o conselho
1150 da necessidade de diálogo com a gestão lá, né, muito antes de encaminhar
1151 né, uma ação junto ao ministério público né, é, porque a gente não tava vendo
1152 assim, né, uma, de tão gravidade assim, se não podia né, solucionar. E aí a
1153 gente foi tentando pesquisar é, se os próprios recursos que são de apoio a
1154 gestão do município e que estão com saldo lá no fundo municipal não poderia
1155 ajudar o próprio gestor a solucionar talvez a dificuldade que eles têm lá de
1156 arrecadação de recursos. Então a secretaria executiva já levantou, já viu que
1157 recursos transferidos em MDS tem 12.627 recursos acumulados em 2015 né,
1158 então a gente pode dá né, subsídios pra solução lá. Na SEDESE também,
1159 fomos informados que a SEDESE já fez o pagamento das sete parcelas do
1160 piso né, é, mas também a SEDESE mostrou que tem saldo em conta, com
1161 relação ao piso de 2012, 2013 né, então, ao encaminhamento das duas
1162 comissões é que a SEDESE faça uma orientação á este município sobre os
1163 gastos dos recursos da gestão e do piso que é pra ver se, né, melhora, tanto a
1164 prestação de serviço de convivência quanto as próprias condições da, da
1165 secretaria municipal. Acho que é isso, se alguém lembrar, me ajuda aí a
1166 complementar. **SHIRLEY** - Aí com base no que a Marta falou, o
1167 encaminhamento fica, encaminhar e-mail ao conselho municipal solicitando
1168 mais informações que possibilitem entendimento sobre os serviços oferecidos
1169 pelo SEDESC e CRIA, orientar sobre como o serviço da assistência social deve
1170 ser ofertados de acordo com a normativa do SUAS e ressaltar que foi solicitado
1171 a SEDESE apoio técnico ao município pra uso dos recursos. Encaminhar a
1172 SEDESE ofício informando sobre a situação e solicitar apoio técnico ao
1173 município. Vai ler direto, ou aprovar de uma vez? Como que vai fazer?
1174 **RONALDO CMAS:** Esse primeiro ponto sob regime de votação, por favor
1175 quem aprova o encaminhamento permaneça como está. Votos contrários?
1176 Abstenções? Aprovado por unanimidade. **SHIRLEY** – Ponto 2) Denunciantes

1177 solicitam sigilo total. Espera-se a situação da classe dos assistentes sociais em
1178 Guanhões relatando também que a apelação ao CREAS MG foi totalmente
1179 ignorada, segundo denunciante, a classe é vítima da administração municipal
1180 que mantém os assistentes sociais totalmente alheios a tudo que acontece no
1181 município. Exemplifica que não foram convidados pra participação na
1182 conferência municipal de assistência social, alegação de que esses
1183 profissionais fazem complô contra a administração. Metade da classe
1184 concursada atualmente se encontram licença sem vencimento, há segundo o
1185 denunciante, pressão para cumprimento da carga horária de 40 horas e o
1186 salário é inferior a dois salários mínimos, ainda que adolescentes que cumprem
1187 medidas sócio educativas estariam associados a drogas e assédios, a
1188 secretaria de assistência social opta por contratar assistentes sociais que se
1189 submetam a administração, que se submetam a administração pra manterem
1190 seus contratos, segundo denunciante, o CREAS respondeu afirmando que não
1191 faria nada em virtude do tempo dos assistentes sociais contratados estarem
1192 findando. Eu peço a Marta pra comentar. **MARTA** – Nossa, que a gente é,
1193 identificou é que tem um problema de trabalho de gestão no município né, é,
1194 então como os municípios no pacto de aprimoramento da gestão,
1195 estabeleceram um compromisso nacional de se instalar inclusive né, á áreas
1196 de gestão do trabalho, acho que o que esse conselho deveria fazer uma
1197 recomendação ao município, nesse sentido né, uma das primeiras né, e ao
1198 conselho municipal que ele acompanha o pacto de aprimoramento da gestão,
1199 porque eu imagino que numa conferência também deve ter sido tratado né,
1200 mas é, a gente não sabe muito como é que foi lá né, é, a outra que a gente
1201 achou bem grave, é que esse conselho, a pessoa não pode ser omissa é com
1202 relação a violação de direitos das crianças, se existem, é, assedio, ou né, ou
1203 alguma associação a dependência química, isso, a gente é de pronto tem que
1204 fazer, tomar alguma providencia né, nem um profissional nem esse conselho
1205 pode se omitir no caso dessa denuncia porque a gente achou até tão mais
1206 grave assim, digamos de pronta resposta do que a outra né, a outra a gente
1207 lógico que tem que tomar encaminhamento, mas a gente achou de pronta
1208 resposta tinha que ser essa **RONALDO CMAS**.– Na verdade a gente discutiu
1209 né, isso pela manhã e ali já viu violação de direitos, na verdade, eles misturam
1210 assuntos ali, então é como se quisesse fazer um dossiê ali de irregularidades,
1211 na verdade, o que bate ao olhos de cara é a violação de direitos que deveria ter
1212 sido já denunciada, se tratando de criança e adolescente sendo prioridade
1213 absoluta. Né, então por isso esse encaminhamento. **LUCIA**: É presidente, eu
1214 não li o inteiro teor da denúncia e posso é, falar algo que não tá escrito
1215 **SHIRLEY** -o na denúncia, existe um equívoco muito grande da maioria das
1216 pessoas quando vai tratar de medidas sócio educativas como se o técnico que
1217 atendo o adolescente fosse responsável por ele usar ou não usar drogas, ele
1218 cumprir uma medida sócio educativa não tem nada haver com o uso dele de
1219 drogas, ninguém recebe medida sócio educativa por ser usuário de drogas
1220 entendeu? Então isso não é violação de direito e nem é competência do
1221 serviço, você quando é adolescente em medida sócio educativas, as vezes o
1222 uso que ele faz da droga, fuma um cigarro de maconha por semana, dois
1223 cigarros de maconha por semana, isso é irrelevante, ele não é usuário, ele não
1224 é dependente, né, tem uma diferença conceitual muito grande entre usuário e
1225 dependente, se você né, não trabalhar com esses adolescentes na lógica de

1226 redução do dano, entendeu? Cê não vai chegar a lugar nenhum com ele, então
1227 eu acho que essa denuncia especificamente, sugerir que vá pro ministério
1228 público, eu particularmente gostaria de ler a denúncia, porque eu acho que aí
1229 tão misturando algumas coisas entendeu? O fato do adolescente estar
1230 cumprindo a medida, você pode até é, se ele for um usuário, se ele for um
1231 dependente, aconselhar, sugerir que ele vá, mas ele vai se ele quiser, ele vai
1232 se ele quiser entendeu? Porque ninguém aqui né, ninguém pode fazer nem
1233 internação compulsória, o que dirá tratamento, então, é um processo, é um
1234 processo longo, é um processo difícil e nem todas as pessoas tem essa
1235 compreensão né, não tem, então eu não vejo como violação de direito se ela
1236 sabe que tem um adolescente cumprindo medida, e esse menino é um usuário,
1237 (vozes ao fundo) estariam associados á drogas e assédios, o quê que é isso?
1238 O quê que é associados á drogas? Ele é usuário, ele é dependente, ele é
1239 traficante, o quê que ele é? Porque mesmo se ele estiver no tráfico ele não tem
1240 responsabilidade, **MARTA**– Não, o que deu a entender o texto, é que os
1241 servidores fazem assédio á essas jovens, na denúncia, não, (vozes ao fundo)
1242 fala isso (vozes ao fundo) ah gente, **MARTA** – Como não tá claro, como não tá
1243 claro se é o servidor, se eles são dependentes, se faz assédio, entendeu? A
1244 gente achou confuso mas se alguém, se eles tão sendo submetidos á algum
1245 assédio né, pra gente, no nosso entendimento, é violação de direitos
1246 entendeu? Tá ali o texto ó, pode ler na íntegra, mas não ficou claro pra gente.
1247 (vozes ao fundo) é então, o quê que a gente encaminhou? Que ele faça a
1248 denúncia aos meios competentes então, entendeu? (vozes ao fundo) Ele que
1249 faça a denúncia, ele não pode ser omissor. **MIRIAM**:- Ah, é, a minha sugestão
1250 seria a seguinte, como né, está havendo ali dois tipos né, que a gente
1251 reconhece de violação de direitos de adolescentes, eu acho que a gente
1252 poderia entrar em contato como o conselho tutelar até pro conselho tutelar
1253 requisitar o serviço público né, se o menino é usuário, ou se não ele pode tá
1254 fazendo a requisição, em relação ao assédio, né, se for o assédio sexual, né,
1255 eu me perdi ali na leitura né, ou se for assédio moral, né, a gente tem que ver
1256 que tipo de assédio que é, até pra ver se é questão de polícia, né, e a questão
1257 do conselho tutelar também pra fazer a requisição de serviços né, então eu
1258 acho que o encaminhamento ali, eu sugeriria fazer o encaminhamento da
1259 denúncia ao conselho tutelar pra que o conselho tutelar tome os
1260 encaminhamentos necessários para fazer as requisições necessárias, essa é a
1261 sugestão (vozes ao fundo) **CONSOLAÇÃO**: A, Gente até pela nossa, a gente
1262 tem uma resolução de apuração de denúncia, né, que eu não sei se na hora
1263 até foi, foi lida isso na, junto a comissão, porque eu acho que sempre é bom a
1264 gente recuperar, primeiro tem uma apuração né, até pra eu saber porque a
1265 gente escrever e falar um monte de coisas, né, primeiro tem uma apuração,
1266 então eu tenho que escutar esses envolvidos, antes de acionar talvez o
1267 conselho tutelar, ou mesmo sabe, eu acho que é conversar com a gestão, a
1268 gente conversa muito com o conselho municipal do município, ali cita inclusive
1269 o CREAS como se fosse acionado disso, eu acho que ele também, tem cadeira
1270 nesse conselho, eu acho que até em respeito o que vale, porque é sério né,
1271 falar aqui, o CREAS falou que tá acabando a gestão e pronto, não vamos ver,
1272 eu acho que tem várias questões ali que a gente tem que fazer um processo de
1273 apuração, então vai ter que oficializar, se tiver alguma dúvida nesse, nessa
1274 questão na oficialização é é, quando envolve né, algum tipo de risco mesmo, aí

1275 a gente vê até em termo de visitas, mas nesse momento, eu acho que a gente
1276 tem que encaminhar pra escutar, vê o quê que realmente tá acontecendo,
1277 conselho vai preservar denunciante logicamente vai ter o sigilo de quem tá
1278 fazendo mas a situação ela tem que ser apurada, eu acho que antes de
1279 qualquer coisa. (vozes ao fundo) **MIRIAM**– Bom eu tô colocando o seguinte, se
1280 há uma violação de direitos imediatamente o conselho tutela ele tem que ser
1281 avisado, não precisa dizer quem foi que denunciou, a denúncia ela pode ser
1282 anônima, pode ser até via disque 100, a gente não pode né, é tá retardando
1283 essa denúncia, porque se, esses meninos ou meninas estão em sofrimento, né,
1284 eles tão em processo de sofrimento, e a gente precisa cessar isso
1285 imediatamente, isso, é, então pode se fazer as duas coisas mas o principal é
1286 cessar a violação, então a gente pode fazer via disque 100 né, ou via conselho
1287 tutelar também de forma a garantir o anonimato da pessoa, não precisa dizer
1288 quem foi a pessoa, a gente relata somente o fato ocorrido, só isso, até pra
1289 garantir aí que o conselho tutelar haja rapidamente para cessar com essas
1290 violações, **SILVANA EDUCAÇÃO** - Agora, eu acho que, acho que tem que
1291 ficar, antes de fazer alguma denúncia tem que saber de fato o quê que tá
1292 acontecendo, né, porque né, a gente vai denunciar o quê, com isso que tá
1293 aqui? Ainda não tá claro pra gente o quê que tá acontecendo, tem que apurar o
1294 fato primeiro. **MIRIAM**– Gente, com o estatuto da criança e do adolescente, é,
1295 ele é muito claro né, cê não precisa ter o fato em caso de dúvidas, em caso de
1296 suspeita, tem que acionar o conselho tutelar entendeu? Gente é suspeita, é
1297 suspeita, pois é, é suspeita, quem vai apurar isso é o conselho tutelar, pra isso
1298 ele requisita os serviços necessários da comunidade entendeu? É isso que eu
1299 tô falando, resguarda o denunciante e coloca o fato, porque aí o conselho
1300 tutelar ele vai partir do fato né, da violação, o denunciante ele fica como, né, é,
1301 fica protegido né, ele fica protegido. **RONALDO CMAS** –Lisiane do Ministério
1302 Público. **LISIANE**– Não é só pra clarear, porque o centro de apoio público na
1303 verdade ele é um órgão, não é um órgão de execução, é um órgão de
1304 acessória, então mesmo que chegue, que as vezes acontece a denúncia,
1305 inclusive o que chega no disque 100 é combinado que chega no CAO e o CAO
1306 que redistribui para promotoria de justiça e direto na promotoria de justiça é o
1307 caminho porque não existe um número de denúncia para o Ministério Público,
1308 na verdade o número de denúncia é o disque 100 que é o número nacional e aí
1309 é essa denúncia chega ao CAO, órgão central de cada estado e que redistribui
1310 isso pras TJ, mas o local na ponta, que é mais rápido é a promotoria de justiça
1311 daquele município daquela comarca, só pra clarear pra algum outro caso desse
1312 que acontecer, sempre é a promotoria de justiça, aí só refinando, não significa
1313 que chegando no CAO que nós não vamos dá o encaminhamento pra
1314 promotoria de justiça, mas aí é mais uma demora porque chega no call, até o
1315 CAO oficializar a promotoria de justiça e encaminhar a denúncia sendo que
1316 pode ir qualquer cidadão direto no Ministério Público daquela comarca, tá? –É,
1317 **RONALDO CMAS**: gente vão tirar o encaminhamento então depois desse
1318 debate né, é, a sugestão seria encaminhar a denúncia ao conselho tutelar né,
1319 sugerido aqui pela Mirian e concomitante á isso, é apurar os fatos, porque
1320 realmente é uma denúncia até confusa. Foi confusa pra nós né, pro
1321 entendimento, houve uma mistura ali de assuntos bem diversos um do outro e
1322 aí envolve inclusive CREAS que não, então mistura muito as coisas, é como se
1323 quisesse ali somar balas pra atirar, né, então assim, não tem nada haver uma

1324 coisa com a outra, e sequer foram pontuados pra que a gente pudesse também
1325 tirar encaminhamento de forma pontuada então seria essa a proposta, a
1326 denúncia ao conselho tutelar pra apuração né, dos fatos e concomitante á isso,
1327 o CREAS o CREAS também o conselho municipal né, saber como é que tá
1328 funcionando e essas apurações antes disso após isso a gente trazer pra
1329 denúncia ou não. (vozes ao fundo) **ISABELA:** É ainda eu fiquei um pouco na
1330 dúvida é, do conselho tutelar ok, de fazer o encaminhamento de fazer a
1331 denúncia dos jovens de serviço de medias sócio educativas, mas pros outros
1332 órgãos a gente vai mandar apuração especificamente de quê? Eu acho que
1333 isso tem que ficar mais claro assim, porque eu sei que tá misturado ali, mas na
1334 hora da gente mandar uma comunicação a gente tem que ter muita clareza, e
1335 muito cuidado com que tá escrevendo até pra não ter nenhum perigo de, é,
1336 comprometer o sigilo entendeu, a questão da pessoa, porque dependendo
1337 como a gente conta o fato, o conteúdo da comunicação que a gente faz a
1338 gente complica o denunciante, aí eu acho que pra mim não ficou claro, a gente
1339 vai acionar o órgão gestor para? (vozes ao fundo) **RONALDO CMAS** —Não, o
1340 órgão gestor não, o conselho **ISABELA** – Vai ser conselho municipal
1341 **RONALDO CMAS** – O CREAS é o conselho municipal **ISABELA**– Vai ser
1342 conselho municipal em relação ao funcionamento do conselho **RONALDO**
1343 **CMAS** Exatamente. **ISABELA** CREAS, em relação a denúncia da questão do
1344 quê que o CREAS teria se posicionado né? **RONALDO CMAS:** Exatamente,
1345 mas isso com certeza não tem o sigilo. **ISABELA:** – Em relação as medidas
1346 sócio educativas, é só esses três, (vozes ao fundo) e encaminhar a SEDESE
1347 pra ela orientar o município em relação a gestão do trabalho tá, (vozes ao
1348 fundo) **MARTA SILVA:** Então resumindo, encaminhar denúncia ao conselho
1349 tutelar, este conselho vai encaminhar denúncia ao conselho tutelar do
1350 município de Guanhães, é isso? Vai solicitar apuração pelo conselho tutelar,
1351 esse conselho vai encaminhar ao CREAS e ao conselho as informações que
1352 aqui foram recebidas em relação a situação dos trabalhadores e pedir pra eles
1353 se pronunciarem também sobre estes fatos relatados, e também vai
1354 encaminhar a SEDESE as informações para que a SEDESE preste o apoio
1355 técnico em relação a gestão do trabalho naquele município. (vozes ao fundo)
1356 **MIRIAN** – só uma sugestão aqui na redação se não o conselho tutelar se
1357 chegar da forma como está ali ele vai dizer, ah, a gente não tem nada haver
1358 como medida sócio educativa não, né, encaminhar a denúncia ao conselho
1359 tutelar solicitando apurar a situação de violação de direitos dos adolescentes
1360 em cumprimento né, apuração da violação dos direitos, da possível violação,
1361 tá? (vozes ao fundo) **RONALDO CMAS:** Com a deliberação aí da, da, da
1362 plenária, esse encaminhamento das várias contribuições né, sobre regime de
1363 votação esse último encaminhamento né, quem aprova permanece como está,
1364 votos contrários? Abstenções? Aprovado por unanimidade. **SHILEY**
1365 **CONSELHO SARZEDO** – Acabaram os pontos de política tá, (vozes ao fundo).
1366 **CONSOLAÇÃO** – é só uma sugestão da nossa pauta né, inclusive com o
1367 pedido do conselheiro Volney, como dos municípios que não realizaram
1368 conferencia, e a questão de conferencia a gente deixou pra amanhã, aí eu ia
1369 solicitar que a gente deixasse esse ponto pra amanhã. Em é, inclusive é,
1370 deixaria pra amanhã, porque amanhã também a gente vai ter aqui uma parte
1371 da comissão é do processo eleitoral mas como tá associada a resolução
1372 também né, ficaria, é só porque são questões de conferencia, acho que seria é,

1373 importante. **RONALDO CMAS** :Ok? pode ser? Então agora, é, apoio né?
1374 Apoio nós preparamos um texto, isso, esse texto ele é um texto pra fomentar,
1375 fomentar a mobilização das URCMAS, né, devido a essa regionalização então
1376 nós preparamos um texto, vamos apresentar aqui pra plenária, (vozes ao
1377 fundo) é, e a proposta é distribuir isso nas, nas nossas plenárias regionais tá.
1378 Então o papel da URCMAS no desenvolvimento político de assistência social
1379 do SUAS. Uma das maiores conquistas da constituição brasileira de 1988 foi a
1380 participação popular na construção das políticas públicas, manter essa força
1381 ativa é um dos compromissos dos governos democráticos, dessa forma, a
1382 agenda dos conselhos dos gestores devem está sempre abertas ás propostas
1383 que a sociedade civil organizada aponta, nesse contexto, as uniões regionais
1384 dos conselhos municipais de assistência social, URCMAS, instituídas como
1385 resultado da mobilização da sociedade civil para apoiar e promover o
1386 fortalecimento dos conselhos municipais assim como a política social tiveram
1387 que vencer grandes desafios para se estabelecer enquanto política de defesa
1388 dos direitos sócio assistenciais do cidadão, em seu caráter articulador,
1389 facilitador e fomentador de discussões as URCMAS constituem uma excelente
1390 forma de participação popular e fortalecimento dos conselhos contribuído assim
1391 com o desenvolvimento da política estadual da assistência social. Enquanto
1392 fórum de participação popular as URCMAS que são organizadas autônomas
1393 em suas ações com liberdade para promover discussões, propor ações
1394 impactando de forma positiva a qualidade de vida do cidadãos, a qualidade de
1395 vida dos cidadãos, desculpa, considerando a nova estrutura organizacional do
1396 governo de Minas Gerais que dividiu o estado em 17 territórios de
1397 desenvolvimento e estabeleceu a criação do fórum de participação popular, as
1398 URCMAS ganharam novas dimensão em suas ações, sendo uma referencia
1399 para garantir a participação e defesa dos interesses dos municípios nos fóruns
1400 da região. Por sua característica de autonomia e não vinculação ao poder
1401 público, as URCMAS exigem o estabelecimento de estratégias que garantam e
1402 a continuidade e efetividade de suas ações, são elas: o apoio da secretaria
1403 executiva do conselho sede da região, e da diretoria regional da SEDESE,
1404 garantir um local adequado para a realização das reuniões, estabelecer um
1405 calendário regular das reuniões pautadas com temas atuais, como as
1406 conferencias, marco regulatório, cumprimento do pacto de aprimoramento
1407 pelos municípios, normativas novas que impactem as ações no conselho e
1408 envolver profissionais com conhecimentos dos assuntos para promover os
1409 debates. Entre os temas principais a serem tratados pelas URCMAS devem
1410 estar a estruturação e fortalecimento dos conselhos, aprovação da lei do
1411 SUAS, constituir proposta de participação dos usuários, implementação da
1412 NOB SUAS BH, participação no CEAS, promover a troca de experiências. Tem
1413 entre suas principais atribuições, apoiar os conselhos municipais de assistência
1414 social o CEAS e CEAS, e contribuir para qualificação da participação de
1415 agentes sociais e políticos na implantação, implementação, fortalecimento e
1416 efetivação do SUAS. Estimular a participação efetiva de todos os conselhos
1417 municipais de assistência social da sua área, incentivar o CMAS e demais
1418 fórum de controle social da área a promoverem a participação dos conselheiros
1419 e usuários em eventos relacionados a política e controle social. (vozes ao
1420 fundo) O controle social é um complemento indispensável ao controle
1421 institucional realizado pelos órgãos que fiscalizam os recursos públicos, essa

1422 participação é importante porque contribui a boa e correta aplicação dos
1423 recursos públicos fazendo com que as necessidades da sociedade sejam
1424 atendidas de forma eficiente. Cartilha - controle social, orientações aos
1425 cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social na
1426 controladoria geral da união CGU. Com a participação popular de conselheiros
1427 e demais atores da política de assistência social conseguiremos a partir das
1428 URCMAS atingir os municípios que integram o estado de Minas promovendo
1429 os avanços necessários para consolidar o SUAS de vez, rumo a 2026.
1430 Destaque, Isabela. **ISABELA SEDESE** – É, eu não entendi, esse da área aí é
1431 da região? Eu acho que a gente poderia trocar né, porque da área parece que
1432 é da área de assistência social, não sei, ficou meio, a gente tá sempre usando
1433 o termo região, aí é nesse caso, e embaixo também né? Controle social da
1434 área. Controle social da região também. É, o no de baixo? Então, aí é esse, aí
1435 é outra dúvida. De vários conselhos municipais e demais fóruns de controle
1436 social da área, essa área aí também é região ou é da área da assistência?
1437 (vozes ao fundo) **RONALDO CMAS**: Isso, região. Da área (vozes ao fundo)
1438 afins, incentivar as CMAS e demais fóruns de controle sociais, de assistência.
1439 **ISABELA SEDESE** – Porque, incentivar os conselhos municipais de
1440 assistência social e demais fóruns de controle social da área, aí parece das
1441 assistência social. **RONALDO CMAS**: De áreas afins, ou de áreas afins,
1442 porque ali a área em cima é região. **ISABELA SEDESE** – É, eu realmente não
1443 entendi o quê que quer dizer nessa. **RONALDO CMAS**: Mas é, união regional
1444 de conselhos municipais de assistência social. **ISABELA SEDESE** – Então,
1445 esses fóruns de controle social, são fóruns de controle específicos da política
1446 de assistência social? **RONALDO CMAS**: As: URCMAS, são, na verdade a
1447 gente vai estar tentando, foi até uma discussão trazida aqui e colocada pela
1448 Simone. Com essa participação seria incentivar os outros fóruns através das
1449 URCMAS. **ISABELA SEDESE** – que fóruns? fóruns de quê?. **RONALDO**
1450 **CMAS**: Fóruns regionais. **ISABELA SEDESE** – fóruns de participação popular
1451 do trabalhador. **RONALDO CMAS**: Fóruns de participação popular do governo,
1452 regionais do governo. **ISABELA SEDESE** – Mas então tem que escrever ali ué.
1453 **JÚLIO CÉSAR**: Tem que mudar, porque não existe fórum de controle social.
1454 **ISABELA SEDESE** – É, está esquisito. **LÚCIA**: Não, se é para recuperar a fala
1455 da Simone, é o seguinte, nos fóruns de desenvolvimento regional as URCMAS
1456 organizadas poderão pleitear acento no fórum, no complete, entendeu? Para
1457 representar a área da assistência, mas aí é outra coisa é a URCMAS ser um
1458 dos representantes no fórum de desenvolvimento social, representando o
1459 controle social da assistência. A fala da Simone é essa, é o que a gente tá
1460 trabalhando e fazer as pessoas, inclusive se candidatarem. Porque os fóruns
1461 na verdade eles vão se organizar a partir de outras organizações os fóruns de
1462 governo, de desenvolvimento, então se a URCMAS é uma instância de
1463 agregação de conselhos municipais a URCMAS teria que se organizar para
1464 pleitear essa representação no fórum de desenvolvimento. **RONALDO CMAS**:
1465 Na verdade podemos aqui alterar e fica só na área de assistência social porquê
1466 foge do papel da URCMAS, a intenção seria essa, fomentar, o meu
1467 entendimento também seria esse, mas nós (vozes ao fundo) de assistência,
1468 então limitar na área de assistência social. **SILVANA**: Acho que ali está claro,
1469 estimular a participação efetiva de todos os conselhos municipais de
1470 assistência da sua região, aí a gente pode completar na política de assistência

1471 (vozes ao fundo) **ISABELA SEDESE** – Se é conselho municipal de assistência
1472 social, já é da assistência social, fica redundante. **RONALDO CMAS:** Então
1473 pode suprimir o de baixo, incentivar os conselhos. Aí é estratégia. **ISABELA**
1474 **SEDESE** – Incentivar os conselhos, promover a participação dos conselheiros
1475 em eventos relacionados. **LÚCIA:** Ronaldo, você não queria colocar a ideia da
1476 Simone aqui? Que a Simone colocou, então é incentivar. **RONALDO CMAS** É
1477 que acabou que ficou confuso. **LÚCIA** – As URCMAS, incentivar as URCMAS
1478 a ocuparem o espaço nos fóruns regionais (vozes ao fundo). Não bem, é que a
1479 URCMAS, a URCMAS representa os conselhos, ela agrega conselhos, ela
1480 pode na região, pleitear uma vaga, no fórum de desenvolvimento regional, para
1481 falar sobre a política de assistência social na região do fórum de
1482 desenvolvimento a ideia é essa (vozes ao fundo) entendi (vozes ao fundo)
1483 **ISABELA SEDESE** – Então pode colocar, participar, isso! Participar dos fóruns
1484 regionais de desenvolvimento social, mas tem as, olha, falando das
1485 distribuições (vozes ao fundo). Participar. Não, aí, tem entre sua principais
1486 atribuições participar dos fóruns regionais, regionais. (vozes ao fundo) é de
1487 desenvolvimento, né não? Territórios de desenvolvimento, (vozes ao fundo)
1488 fórum regional de desenvolvimento, Discutindo, é, discutindo, levando as
1489 pautas da política de assistência social, né? Discutindo as pautas de políticas
1490 de assistência social. (vozes ao fundo) Aí ficou só sem ligação com essa
1491 citação, né, que tá em baixo. Vocês não acharam não? Porque a citação está
1492 falando, que o controle social, é um complemento, né, é um controle do, de
1493 fiscalização dos recursos públicos. **RONALDO CMAS:** Na verdade eu acho é
1494 que poderia suprimir, se prender só nos casos das URCMAS, porque se trata
1495 de união de conselhos municipais de assistência social e são os conselhos que
1496 deliberam e detém o controle social. **JÚLIO:** Ronaldo, não seria melhor voltar
1497 com esse texto para comissão, e fazer a outra avaliação e depois trazer de
1498 novo para a plenária? **ISABELA SEDESE** – Eu acho que só essa parte a gente
1499 consegue fechar. **RONALDO CMAS:** A minha proposta seria retirar os fóruns
1500 regionais e deixar só fomentar, porque na verdade nós temos 17 URCMAS
1501 hoje, é a ideia de formação, eram 19, hoje só 10 funcionam. Então a gente se
1502 prende a fomentar a, e articular essas URCMAS que estão desarticuladas e
1503 deixa o fórum regional. Eu acho que acabou misturando tudo aqui o que o
1504 fórum, esse fórum regional, ele que complicou a redação, porque na verdade
1505 se fala, é uma união regional de conselhos municipais de assistência social
1506 (vozes ao fundo). É importante estar no fórum, mas é isso que está fazendo a
1507 confusão e tirando o link com o que se propõem o texto. **ISABELA SEDESE** –
1508 O Ronaldo, eu acho que a gente já compreendeu essa questão, o que a gente
1509 tá propondo é deixar claro ele mesmo que é importante que as URCMAS
1510 marquem presença nos fóruns regionais. Por quê se elas têm caráter regional e
1511 foi criado um espaço de dialogo e de pleitear inclusive recursos e mais ações
1512 de âmbito regional, é o fórum, então, é, o que a gente tá propondo é que sim,
1513 seja uma atribuição das URCMAS fazerem parte do fórum, então eu acho que
1514 tem que ficar. É só a citação que ficou fora de lugar. A proposta seria tirar a
1515 citação (vozes ao fundo). **MARTA SILVA** – E só conferindo, fóruns regionais de
1516 governo e territórios de desenvolvimento. (vozes ao fundo). **RONALDO CMAS:**
1517 Então sob regime de aprovação, nesse texto para distribuição e fomentação aí
1518 das URCMAS e acabou indo além das URCMAS e ela participando aí, né, até
1519 tendo essa logística mais tempo de fóruns, né, eu mesmo estou lá há alguns

1520 anos já, na URCMAS regional de Juiz de Fora, né, mas as URCMAS, já tem
1521 mais tempo. Então sob regime de votação, quem aprova o texto da forma como
1522 ficou, por favor permaneça como está, votos contrários, abstenções. Então
1523 aprovado! Então sem mais nada a tratar, muito obrigado aos presentes ao
1524 colegiado, tenha um bom retorno a suas casas e até amanhã. FIM